

**UNICEUB - Centro Universitário de Brasília**

Faculdade de Ciências Jurídicas e Ciências Sociais – FAJS

Departamento de Relações Internacionais

**JULIANA DIB REZENDE**

**RELATIVISMO CULTURAL E DIREITOS HUMANOS:**

**A REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ PERANTE O SISTEMA DE  
DIREITOS HUMANOS DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS**

**BRASÍLIA – DF**

**2009**

JULIANA DIB REZENDE

RELATIVISMO CULTURAL E DIREITOS HUMANOS:  
A REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ PERANTE O SISTEMA DE  
DIREITOS HUMANOS DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Dissertação apresentada para a obtenção do  
título Bacharel em Relações Internacionais  
pelo Centro Universitário de Brasília –  
UniCEUB

Orientador (a): Silvia Menicucci de Oliveira  
Selmi Apolinário

**BRASÍLIA – DF**

**2009**

JULIANA DIB REZENDE

RELATIVISMO CULTURAL E DIREITOS HUMANOS:  
A REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ PERANTE O SISTEMA DE  
DIREITOS HUMANOS DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Dissertação apresentada para a obtenção do  
título Bacharel em Relações Internacionais  
pelo Centro Universitário de Brasília –  
UniCEUB

Orientador (a): Silvia Menicucci de Oliveira  
Selmi Apolinário

Brasília, 19 de Outubro de 2009.

---

Profª Silvia Menicucci O. S. Apolinário

Orientador

---

Prof. Danilo Profírio de Castro Vieira

Examinador

---

Prof. Renato Zerbini

Examinador

*Agradeço antes de tudo aos meus pais, que proporcionaram tudo para que eu chegasse até aqui. A presença da minha família, durante toda minha graduação foi essencial para meu empenho e sucesso.*

*Agradeço também a força e o companheirismo de cada um dos meus amigos que vivenciaram comigo cada momento, que ficarão sempre marcados nesta fase da minha vida.*

*Não poderia deixar de agradecer as pessoas com que eu tive prazer em trabalhar profissionalmente, no qual me trouxe muito aprendizado e experiências, fundamentais para meu crescimento.*

*Aos professores que, durante esses anos, souberam passar da melhor forma seu conhecimento, abrindo nossas idéias e nos preparando para enfrentar o futuro, meu muito obrigado!*

*Mas eu sei que um dia a gente aprende  
Se você quiser alguém em quem confiar  
Confie em si mesmo  
Quem acredita sempre alcança!  
(Mais Uma Vez, Legião Urbana)*

## RESUMO

Buscar-se-á nesta monografia analisar em que medida a cultura própria de um país se choca com as normas internacionais adotadas na esfera da ONU a respeito de direitos humanos, ou seja, o papel do relativismo cultural perante as obrigações estipuladas pela organização, neste caso, em relação ao Irã. O fato de que o Irã é governado sob um regime fundamentalista islâmico compreende um quadro de complexidade intenso, caracterizado por condições econômicas, políticas, sociais, ideológicas e religiosas, que se combinam em proporções variáveis e criam situações, muitas vezes, levada à conflitos no cenário internacional. Os atos justificados pelo Islã não se aplicam aos direitos mínimos considerados para a dignidade humana que fora estipulado pelas Nações Unidas. Assim, o debate entre universalismo *versus* relativismo, é filtrado para uma análise entre as concepções Ocidentais *versus* Islã, e tendo em conta o histórico, a cultura e fatos sociais, estas duas comunidades diferem-se na maneira de como analisar o cenário internacional, bem como o valor do papel das pessoas na sociedade. Através de resoluções emitidas pelos mecanismos das Nações Unidas, o trabalho vai analisar os atos que são cometidos pelo Irã. Tais mecanismos ditam como os direitos humanos são tratados neste país, e são feitas recomendações para implementar os princípios presentes nas obrigações assumidas pelo Irã, como o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial e a Convenção sobre os Direitos das Crianças. Além da avaliação a partir da perspectiva desses quatro acordos, a ONU vai avaliar a forma como, em outros aspectos, é a situação da dignidade humana na antiga Pérsia.

Palavras-chave: Irã, Mecanismos das Nações Unidas, Direitos Humanos, Islamismo

## ABSTRACT

This project will define how the international standards prescribed by the United Nations interfere in the culture of a country, and the role of cultural relativism about the obligations stipulated by the organization, in this case a relation about Iran. The fact that Iran is ruled under an Islamic fundamentalist regime comprises a framework of intense complexity, characterized by economic, political, social, ideological and religious that combines in varying proportions to create situations, often leading to conflicts in the international arena. The acts justified by Islam do not apply to the minimal rights considering to the human dignity that it has been stipulated by the United Nations. Thus, the debate between universalism *versus* relativism, is filtered to an analysis between the Western versus Islam conceptions and taking into account historical, culture and social facts, these two communities differ themselves in a way of how to analyze the international arena as well as the value of people's role at the society. Through resolutions issued by UN mechanisms, the project will define how the acts are committed by Iran. Such mechanisms dictate how human rights are treated in this country, and recommendations are made to implement the principles present in the obligations accepted by Iran, the International Covenant on Civil and Political Rights, International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights, Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination and the Convention on the Rights of Children. Besides the evaluation from the perspective of these four agreements, the UN will assess how, in other aspects, is the situation of human dignity in the old Persia.

Key Words: Iran, United Nations Mechanisms, Human Rights, Islamism.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. RELATIVISMO CULTURAL E DIREITOS HUMANOS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS .....	12
1.1 O “Ocidente” <i>versus</i> o “resto”: o impasse de diferentes culturas.....	12
1.2. Construindo a base para um entendimento comum: debate entre visões universais e relativas. ....	18
1.3. Uma provável resposta: O consenso. Mas como chegar a ele?.....	28
2. CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ.....	34
2.1. Marcos históricos.....	34
2.2. O Fundamento do Direito Islâmico .....	42
3. A PARTICIPAÇÃO DA REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ NO SISTEMA DE DIREITOS HUMANOS DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS .....	46
3.1. Considerações a respeito do sistema de Direitos Humanos da ONU .....	46
3.2. A República Islâmica do Irã e os Tratados de Direitos Humanos do sistema da ONU	47
3.2.1. A Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1969).....	48
3.2.2. O Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1976).....	50
3.2.3. Pacto Internacional de Direitos Cíveis e Políticos (1976).....	52
3.2.4. Convenção Sobre Direito das Crianças (1989).....	54
3.3. Mecanismos Extraconvencionais.....	58
3.4: Compromissos Voluntários.....	73
3.5. Considerações Finais a respeito da situação atual de direitos humanos no Irã.....	76
CONCLUSÃO.....	81
REFERÊNCIAS .....	87



## INTRODUÇÃO

Com o final da Segunda Guerra Mundial, a universalidade dos direitos humanos tomou força, com a idéia de proteção internacional da pessoa humana em face dos abusos praticados durante o conflito. A internacionalização de um tema que antes pertencia estritamente a questões domésticas impulsionou a criação de normas internacionais para assegurar o respeito à dignidade humana e conseqüente obrigação para os Estados que ratificaram os instrumentos convencionais.

Nesse contexto, teve início no âmbito da então criada Organização das Nações Unidas (ONU) a construção de um conjunto de normas e mecanismos para assegurar a proteção, o respeito e a promoção de direitos humanos, que configuraram um sistema normativo universal conhecido por sistema onusiano de direitos humanos. A partir disto, países foram se reconhecendo este sistema, vinculando-se a seus instrumentos e mecanismos, dotando de legitimidade a idéia de direitos humanos universais. Todavia, com o decorrer do tempo, críticas a essa noção de universalidade foram surgindo, em uma complexidade, que envolve variáveis internas a determinados países, assim como variáveis externas, e que dificulta o respeito aos direitos humanos por questionar a obrigatoriedade de sua observação nos termos adotados pela ONU.

A globalização, por sua vez, teve grande participação no discurso da real efetividade da universalidade dos direitos humanos afirmados pela ONU. A globalização não ocorre apenas em razão da intensa circulação de bens, capitais, informações e tecnologia através das fronteiras nacionais, com a conseqüente criação de um mercado mundial. Ela ocorre também em função da universalização dos padrões culturais e da necessidade de equacionamento comum de problemas que afetam a totalidade do planeta, tais como o combate a degradação do meio ambiente, a proteção dos direitos humanos, o desarmamento nuclear, o crescimento populacional, etc.

O parágrafo sexto do preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>1</sup> atesta que os Estados-Membros da ONU se comprometeram a desenvolver, em cooperação com a organização, o respeito universal aos direitos humanos e liberdades

---

<sup>1</sup> *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponível em <http://www.un.org/en/documents/udhr/>

fundamentais e a observância desses direitos e liberdades. Ao falar em um respeito universal, podem-se questionar as dificuldades decorrentes das particularidades de um Estado para cumprir as obrigações internacionais relacionadas aos direitos humanos. As pessoas não nascem iguais. Há diferenças entre as pessoas, entre os povos, entre as nações, cada qual com sua respectiva cultura.

Por mais que os direitos humanos sejam universalmente reconhecidos, os Estados e povos os enxergam de pontos de vistas diferentes, com intensidade e importância relativas. Entretanto, caso a sociedade internacional, representada pela ONU se situe de forma imparcial e neutra em face desse posicionamento relativo de cada Estado, configurar-se-á um impasse ético que justapõe dois valores absolutamente imponderáveis: a independência e autonomia de cada povo ou Estado para interpretar como bem entenda os direitos humanos *versus* a universalidade dos direitos humanos defendida pela ONU.

No âmbito dessa complexa relação, buscar-se-á nesta monografia analisar em que medida a cultura própria de um país se choca com as normas internacionais adotadas na esfera da ONU a respeito de direitos humanos, ou seja, o papel do relativismo cultural perante as obrigações estipuladas pela organização. Esse objetivo será buscado por meio da análise de um caso específico – a situação dos direitos humanos na República Islâmica do Irã, doravante denominada simplesmente Irã.

Este Estado ocupa uma posição geopolítica estratégica por ser possuidor de grandes reservas de petróleo e detentor de tecnologia nuclear. Ademais, deve-se ressaltar que o fato de ser governado por um regime fundamentalista islâmico compõe um quadro de intensa complexidade, caracterizado por fatores econômicos, políticos, sociais, ideológicos e religiosos que se combinam em proporções variáveis para gerar situações polêmicas no cenário internacional.

Sobretudo no que interessa ao objetivo dessa monografia, cumpre apontar que atos justificados pelo islamismo contrapõem-se aos direitos humanos, ferindo a dignidade humana, nos termos e condições estipulados pela ONU. Assim, o debate entre universalistas *versus* relativistas é filtrado para uma análise entre Ocidente *versus* Islã. Levando em conta fatores históricos, cultura e sociedade, essas duas comunidades distinguem-se no modo de como deve se analisar o cenário internacional, bem como o papel exercido pelas pessoas e a prioridade dada a elas. Essa consideração será feita no primeiro capítulo do presente trabalho,

por meio do recurso a doutrinas que demonstram discursos e ideologias diferentes acerca do dilema “universalismo *versus* relativismo” e as possíveis respostas, voltadas a possibilitar um entendimento entre os povos e os Estados.

O segundo capítulo analisará momentos específicos da história do Irã, com o propósito de compreender o real significado dado ao Islã para o Estado e seus cidadãos. O Islã é, na visão muçulmana, a religião escolhida pelo *ser divino*, acreditado por eles. As leis que regem o Irã se consubstanciam na *sharia*, baseada no Alcorão, tendo uma justificação dada pela lei divina, que orientará a conduta do Estado e dos indivíduos.

O terceiro capítulo investigará os documentos produzidos no sistema onusiano de direitos humanos a respeito da situação de direitos humanos no Irã, visando verificar na prática o discurso do relativismo e seus efeitos. Os referidos documentos são aqueles resultantes da análise dos mecanismos convencionais e extra-convencionais de direitos humanos da ONU, abordando como os direitos humanos são tratados no Irã e tecendo recomendações para a melhor implementação das obrigações assumidas pelo Irã, ao ratificar o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, e a Convenção sobre o Direito das Crianças. Além da avaliação da situação de direitos humanos no Irã, sob a perspectiva destes quatro tratados, a ONU examinou a situação da dignidade da pessoa humana nesse país em outros aspectos por meio de relatores especiais.

O intuito principal foi permitir a contextualização do discurso entre o universalismo e o relativismo, e verificar o quão difícil é visualizar, em um caso concreto, as soluções de harmonização propostas na teoria. O primeiro passo para se contornar o dilema do relativismo cultural, quando suas práticas e princípios não são aceitos pela comunidade internacional, é buscar entender como se dá a interação entre a universalidade dos direitos humanos e a relatividade da cultura, tendo em mente que o mundo, a cada dia que passa, torna-se mais complexo, abrigando Estados multiculturais e forçando a interação entre perspectivas e objetivos distintos na sua construção.

## CAPÍTULO 1

### RELATIVISMO CULTURAL E DIREITOS HUMANOS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

#### 1.1 O “Ocidente” *versus* o “resto”: o impasse de diferentes culturas

Ao se analisar o comportamento dos Estados perante suas obrigações internacionais, deve-se levar em consideração questões únicas e pertinentes ao seu contexto cultural, tal como a religião. Este capítulo enfrentará a questão do relativismo cultural no âmbito dos direitos humanos, a qual será concretamente abordada nos capítulos posteriores a partir da análise do comportamento da República Islâmica do Irã, doravante simplesmente Irã, perante os instrumentos de direitos humanos do sistema da Organização das Nações Unidas (ONU) ratificados por esse Estado.

No Irã, por ser um país teocrático, em que as leis são baseadas na *Sharia* e no Alcorão, há elementos que dificultam ou impedem a realização do conteúdo presente nos tratados de direitos humanos, principalmente nas questões de proteção a dignidade da pessoa humana. Na visão iraniana, essa situação não é considerada um desrespeito aos direitos humanos na medida em que eles estão implementando seus costumes e práticas.

O plano de fundo teórico da situação acima introduzida reside no debate entre o relativismo cultural e o universalismo na esfera dos direitos humanos, sendo o relativismo considerado como justificativa para o não cumprimento de obrigações assumidas na esfera internacional.

Neste particular, Ângela Kretschmann buscou explicar, a partir de um apanhado doutrinário, o efeito de diferentes visões dos direitos humanos em culturas e civilizações distintas, e qual seria a influência desta concepção na ordem social de determinado país. A resistência ao universalismo dos direitos humanos é marcante em

algumas culturas e países, considerados “não ocidentais”, em especial países muçulmanos e na cultura chinesa.<sup>2</sup>

A relação Ocidente *versus* Oriente, em especial, o Ocidente *versus* Islã, na concepção dos direitos humanos distingui-se primeiramente na questão de o que deverá ser priorizado: o indivíduo ou a comunidade. No Islã, a comunidade dos crentes tem prioridade sobre o indivíduo, e neste sentido os direitos individuais irão permanecer submetidos aos deveres em relação à comunidade, diferentemente da visão ocidentalista que é centrada no indivíduo, dificultando assim um ponto sustentável do universalismo. Outra questão da dificuldade que o Islã encontra no paradigma dos direitos humanos, baseia-se no fato de as leis que guiam os países são baseadas em preceitos islâmicos, os quais colocam *Deus*, visto como um problema não resolvido acerca legitimidade da autoridade.<sup>3</sup>

Kretschmann cita Enzo Pace que questiona se existe uma tradição interpretativa capaz de transmutar a mensagem do *Profeta* em regulamento da vida social da atualidade, e o motivo de o mundo muçulmano mostrar resistência ao paradigma dos direitos humanos. Enfim, Enzo Pace questiona se é possível, à luz do debate interno do mundo muçulmano contemporâneo, liberar esse conteúdo, historicamente oprimido por vontade política, na sociedade de tradição e cultura islâmicas<sup>4</sup>. Neste sentido, muitos ocidentais consideram que vários problemas produzidos pelo Islã vêm da questão religiosa. Por exemplo, um obstáculo à modernidade enfrentado pelo Islã é a leitura da *Sharia*, que está paralisada há mais de um milênio. Deveria, pois, haver uma interpretação mais libertadora e apropriada na atualidade e às relações internacionais.

Então questões como estas citadas, também afetam à unidade política, constituído pelo Estado, que é base da unidade dos integrantes de uma comunidade, uma questão de idéia de soberania natural para a ideologia Ocidental. Em contradição, no mundo islâmico, qualquer soberania que não decorra de Alá (Deus), não terá legitimidade.

---

2 KRETSCHMANN, Ângela e CARVALHO, Evandro Menezes de (org). *Universalidade dos Direitos Humanos e Diálogo na Complexidade de um Mundo Multicivilizacional*. Curitiba. Juruá Editora. 2008.

3 Ibid.

4 Apud PACE, Enzo, La questione dei Diritti Umani nell' Islam. In MORANDINI, Simone (Org.). Tra Etica e Politica: Pensare i Diritti. Gregoriana: Padova, 2005. Pag 328-329. In KRETSCHMANN, Ângela e CARVALHO, Evandro Menezes de (org). *Universalidade dos Direitos Humanos e Diálogo na Complexidade de um Mundo Multicivilizacional*. p. 215.

Outro ponto difícil na questão do Islã é representado pelos movimentos fundamentalistas. O fundamentalismo pode ser visto como uma revitalização intensa das idéias, práticas e retóricas islâmicas, que podem abranger casos extremistas e radicais até os mais pacíficos, buscando a purificação da alma. Kretschmann, recorrendo a Köylü, enfatiza que, ao contrário do que é divulgado no pensamento Ocidental, os fundamentalistas não são extremistas e intolerantes. Köylü afirma que o termo “fundamentalista” como base religiosa vem de “fundamento”, e os muçulmanos não têm nenhum problema em referir a si próprios como fundamentalistas, pois eles acreditam nos fundamentos do Islã exarados no Alcorão<sup>5</sup>.

Neste sentido, a Revolução Iraniana de 1979 pode ser vista como um exemplo de fundamentalismo radical islâmico, pois, os percussores ressaltavam que o comandante iraniano da época (Xá Reza Pahlavi) tinha tomado as direções erradas e estava traindo o Islamismo em seus fundamentos. Assim sendo, pode-se ainda considerar que a Revolução Iraniana demonstra que a religião é uma força política vital, que influencia também no cenário internacional.

Ainda na questão do diálogo entre o Ocidente e o Islã, Kretschmann cita Mazrui, que contra a acusação de terrorismo islâmico, diz que enquanto o Islã pode gerar maior violência política do que a cultura ocidental, a cultura ocidental gera mais violência nas ruas que o Islã. Enquanto a democracia liberal do Ocidente trouxe às sociedades maior abertura e participação popular, alta produtividade econômica e menos controle governamental, seu pluralismo também permitiu o racismo, o fascismo, a exploração de minorias e o genocídio. Mazrui cita também que, em questões como estabilização da família, segurança social frente à violência, e a natureza relativamente não-racial de instituições religiosas, o mundo muçulmano pode estar a frente do Ocidente, e que a humanidade deve consultar o Islã como avaliar o respeito da maximização do melhor da natureza humana<sup>6</sup>.

Em outro ponto de vista, Kretschmann cita Demant, que diz que um dos maiores problemas futuros do Islã é a democracia, pois, enquanto a maioria das sociedades

---

5 Apud Cf. KÖYLÜ, Mustafa. *Islam and its quest for peace: jihad, justice and education*. Washington DC: Cultural Heritage and Contemporary Change, series II, A, [s.d]. v. 15, pag 38-9. In KRETSCHMANN, Ângela e CARVALHO, Evandro Menezes de (org). *Universalidade dos Direitos Humanos e Diálogo na Complexidade de um Mundo Multicivilizacional*. p. 114.

6 Apud MAZRUI, Ali A. Islamic and Western values. *Foreign Affairs*. New York. P. 130-1, sept/oct. 1997. In KRETSCHMANN, Ângela e CARVALHO, Evandro Menezes de (org). *Universalidade dos Direitos Humanos e Diálogo na Complexidade de um Mundo Multicivilizacional*. p.120.

muçulmanas enfrenta uma série de problemas de desenvolvimento e coexistência, quase não há vias legítimas para expressar as reivindicações populares, e tradições democráticas são raras, quase ausentes ou reprimidas. A violência parece ser a única possibilidade de expressão. O autor cita que [...] *não é o homem que é soberano, mas sim Deus*, e com isso explicita que para os islâmicos, a democracia e Deus são incompatíveis.<sup>7</sup>

Yash Ghay ressalta uma visão global que compreende a oposição entre o Ocidente e o restante da comunidade internacional, assumindo que o Ocidente é “universalista” e o Oriente é “relativista”<sup>8</sup>. A globalização estreitou o contato entre os Estados. Por um lado, há maior interação entre diferentes culturas, promovendo o entendimento amplo da diversidade, mas, por outro lado, a globalização produziu um senso de alienação e poderio global, em que a identidade de um depende fundamentalmente da cultura de outro. Ademais, muitos Estados podem ser considerados Estados multi-étnicos, o que tem consideráveis conseqüências.

Nader Chokr observa que a afirmação da diversidade cultural está ligada com a idéia de hegemonia e imperialismo da cultura do Ocidente, ou seja, no pensamento ocidental a sua cultura é a mais correta. Segundo esse autor, o relativismo cultural é incapaz de combater essa questão cultural justificada pelo imperialismo, racismo, sexismo e etnocentrismo que foram moldados pelos padrões ocidentais. Isso explica também porque àqueles opostos a hegemonia e ao imperialismo ocidental são reticentes em admitir esses princípios, porque eles certamente vêm do lado moderno. Os pontos de vista são limitados pela perspectiva cultural de cada sociedade, e não há de se negar que essas opiniões já estão formadas como um “complexo cultural dado”. Alguns relativistas, que se autodenominam “guardiões da integridade e pureza cultural” e desejam manter e legitimar o uso e o abuso do poder em suas respectivas comunidades, procuram “justificar” suas crenças tradicionais e práticas não importando quão opressivos e injustos eles possam ser. Todavia, eles alegam que deveria oprimir a inserção do imperialismo cultural ocidental e outras influências culturais, em nome das noções interpretadas de ‘igualitarismo cultural’, ‘diversidade’ e ‘tolerância’. Ou seja, os relativistas clamam por cada um proteger e vivenciar sua própria cultura e não

---

7 DEMANT, Peter. *O mundo muçulmano*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 360-1.

8GHAI, Yash. *Universalism and Relativism: Human Rights as a framework in negotiating Interethnic Claims*. In CARDOZO LAW REVIEW. February, 2000. p. 2

influenciar e julgar costumes alheios, mas, eles depreciam o modo de como o Ocidente espalha suas concepções mundiais em comunidades que eles rotulam serem piores.<sup>9</sup>

Por sua vez, Jack Donnelly afirma que o fato de reconhecer os direitos humanos como uma construção “Ocidental” é meramente um fato histórico, pois as idéias relativas a esta proposição primeiramente emergiram e se desenvolveram no Ocidente. Assim, os direitos humanos foram rotulados internacionalmente como legitimidade política, econômica e social, devendo ser o modelo a ser seguido. Conseqüentemente, o modelo da Declaração Universal de Direitos Humanos, descrita pelo institucionalismo contemporâneo, caracterizada como “Ocidental”, se relaciona com a origem histórica e as práticas contemporâneas.<sup>10</sup> O fato de os direitos humanos terem tido sua origem no Ocidente, explica Donnelly, é um peso muito importante na universalidade básica que atualmente existe em cada cultura, religião e civilização. Todavia, não por isso, os direitos humanos são uma herança exclusiva da tradição política liberal do Ocidente.<sup>11</sup> A respeito da doutrina ocidental de direitos humanos, o autor cita que:

*Philosophically the Western doctrine of human rights excludes economic and social rights’ (Pollis 1996:318). The dominant Western conception of human rights... emphasizes only civil and political rights’ (Muzaffar 1999:29). Such claims bear little connection with the reality. Quite the contrary, during the Cold War the West was the only region that in practice took seriously the often-repeated assertion of the indivisibility of all internationally recognized human rights.<sup>12</sup>*

A visão Islâmica decorre de doutrinas milenares com uma visão divina, em que os valores previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos são conseqüências de uma interpretação prescrita pela lei de Deus (Alá) e não obrigações estabelecidas por seres humanos. A noção de direitos humanos no Islã, de acordo com Donnelly, é um fator resultante do bem e da dignidade humana e essas práticas interpretadas e argumentadas em

---

9 Nader N. Chokr. *Who is (not) afraid of (cultural) relativism?* Tracés. Revue de Sciences humaines, n° 12, Faut-il avoir peur du relativisme? mai 2007 [en ligne], mis en ligne le 24 avril 2008.

10 DONNELLY, Jack. *Universal Human Rights In Theory and Practice*. Second Edition. 2003. p. 63

11 O Ocidente está historicamente associado com o tráfico de escravos no Atlântico, com o colonialismo, perseguição política, racismo virulento, monarquias absolutas, capitalismo predatório, guerra mundial e a destruição a ela relativa, fascismo, totalitarismo comunista. Muitos países, grupo e indivíduos, sejam ocidentais ou não ocidentais, sofreram e ainda sofrem diretamente ou indiretamente praticas e políticas ocidentais. (DONNELLY, Jack. *Universal Human Rights In Theory and Practice*. Second Edition. 2003. Pag.62-63.)

12 Ibid. Pag.65



noções que estão baseadas no passado iludem e obscurecem o real significado e importância que hoje os direitos humanos têm.<sup>13</sup>

Ao contrapor o *tradicionalismo islâmico* e a *contemporaneidade da visão estratégica ocidental* dos direitos humanos, um se torna injustificado perante o outro. O que uma parte oferece não supre as necessidades da outra, pois o que cada alternativa visa é realizar a dignidade humana baseada na legitimidade cultural que cada sociedade identifica no significado dos direitos humanos, ressaltando que esse significado e interpretação requerem limites.<sup>14</sup>

As questões acerca do Islã na interpretação ocidental, e como os direitos humanos são vistos mundialmente, ressaltam o papel fundamental e de extrema significância do peso da cultura de cada sociedade em suas ações e decisões, e quais direitos particulares de cada Estado deveria sobrepor em um consenso internacional, sobre as práticas cometidas pelos mesmos. Há obrigações no plano internacional? Há liberdade de interpretação nas normas internacionais? Ou cada país seguiria sua linha de pensamento e ideologia baseados em seus costumes locais e crenças?

Existem vários obstáculos no debate da real universalidade dos direitos humanos e até que ponto isso deveria existir. Considerando os fundamentos religiosos e seus impactos no desenvolvimento, na cultura, na democracia, na integração e nas questões relativas ao posicionamento de um país no mundo multicultural e civilizado, iremos analisar nos próximos tópicos as possíveis respostas dadas a esta questão.

---

13 Ibid. Pag.76.

14 Ibid. p. 84-86.

## **1.2. Construindo a base para um entendimento comum: debate entre visões universais e relativas.**

Como destaca Kretschmann, universalismo *versus* relativismo e ocidentalismo *versus* não-ocidentalismo são conflitos decorrentes do processo histórico, cultural e social, e o diálogo entre ambas as partes se torna necessário, uma vez que um percebe no outro a diferença e busca alternativas para contornar a situação. O mundo não é mais bi-polar, e sim multipolarizado com uma integração cada vez maior entre os Estados, o que permite a percepção de pontos que os distanciam e aproximam. O consenso advindo do diálogo não é a abdicação da identidade, da cultura, do respectivo país, e sim um reconhecimento mútuo, e uma análise racional dessas diferenças, que proporcionará a promoção dos direitos humanos focando o que foi internacionalmente estipulado (pela ONU) como unidade, universal e individual, tanto no âmbito nacional como internacional. Neste aspecto, a autora cita uma pergunta pertinente de Assier-Andrieu:

[...] se o direito é ao mesmo tempo universal, ou seja, próprio de toda a forma de sociedade humana, e relativo a cada cultura, ou seja, dependente de suas especificidades estruturais, o que vem a ser a parte comum da humanidade e a parte exclusiva de cada povo? [...] <sup>15</sup>

É importante ressaltar que cada país defenderá suas particularidades nacionais, históricas, religiosas e culturais; com o paradigma que gira em torno do “imperialismo cultural mundial”. Imperialismo este, que alguns países acusam o Ocidente de impor seus valores e idéias no plano internacional, em questões referentes aos Direitos Humanos, que apesar de sua origem ter sido ocidental, hoje eles pertencem ao mundo.

Kretschmann enfatiza o pensamento do teórico Samuel Huntington, segundo o qual uma civilização é definida por elementos objetivos, tais como linguagem, história, religião, costumes, instituições, e por elementos subjetivos de auto-identificação das pessoas;

---

15 Apud ASSIER-ANDRIEU, Louis. O direito nas sociedades humanas. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000. P. 55. In KRETSCHMANN, Ângela e CARVALHO, Evandro Menezes de (org). *Universalidade dos Direitos Humanos e Diálogo na Complexidade de um Mundo Multicivilizacional*. Curitiba. Juruá Editora. 2008. p. 342

e que a grande divisão da humanidade ocorrerá por princípios culturais.<sup>16</sup> Esse autor faz uma distinção entre o Ocidente e o “resto”, como segue:

[...] uma consequência paradoxal do processo de globalização, a percepção da finitude e da ausência de limites do planeta e da humanidade não é produzir uma homogeneidade, e sim, familiarizar-nos com a diversidade, com a grande amplitude das culturas locais [...].

Kretschmann<sup>17</sup> aborda os efeitos da globalização e da unicidade global a respeito das divergentes culturas, que leva a uma mundialização cultural, a qual cada vez mais vem sendo discutida entre as diferentes áreas das ciências sociais, principalmente na Antropologia e Relações Internacionais. As sociedades se modernizaram em diferentes níveis e em tempos distintos, e cada uma foi buscando alternativas próprias baseadas em seus valores para o progresso. Essa construção das sociedades levou-as para lados opostos, em que uma ou outras foram se identificando em certos pontos, mas note que a autora salienta que cada civilização tem imposto seu próprio conceito de modernidade. Nesse aspecto, faz-se necessário que um diálogo intercivilizacional de pontos de vistas construídos de diferentes maneiras, se concretize em valores fundamentais e individuais dos Estados, mas que a afirmação de seus princípios é universal, independente a sua realização histórica.

O debate entre universalistas e relativistas tem sido fonte de discórdia desde o início da internacionalização dos movimentos em defesa dos direitos humanos. E desta forma como alternativa a esse desentendimento, esses direitos foram intitulados como absolutos (universais) ou baseado na autodeterminação (relativos). Mas um ponto a se questionar é o que é realmente ser universal? Segundo Parekh<sup>18</sup>, alguns autores apelam para a natureza humana ou o que é ser um ser humano; e outros partem para um consenso empírico de um interculturalismo<sup>19</sup>. Partindo deste ponto de desacordo acerca de quão deve ser relevante cada um dos extremos, o autor apresenta três análises de visões de um mundo

---

16 Apud HUNTINGTON, Samuel. P. O Choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial. Nova York: Touchstone, 1997. P. 45-47. In KRETSCHMANN, Ângela e CARVALHO, Evandro Menezes de (org). Op. Cit. p. 293

17 KRETSCHMANN, Ângela e CARVALHO, Evandro Menezes de (org). Op. Cit. p. 312

18 PAREKH, Bhikhu (1999). *Non-ethnocentric Universalism*. In DUNNE & WHEELER (eds). Human Rights in Global Politics. Cambridge: Cambridge Uni Press, p.128-159.

19 Tradução livre do termo “*cross-cultural*”, que se refere acerca de interatividade cultural entre diferentes grupos.

multicultural e que apresentam formas diferentes de interpretar os valores humanos: relativista; monista e universalista mínimo.

Para o relativismo, a cultura é o fator mais importante, sendo a fonte das crenças morais. Todavia, os seres humanos ainda compartilham vários atributos em comum, mas não há implicações morais sobre este fato. As sociedades têm a liberdade de ter diferentes concepções, e assim ninguém tem o poder de julgar tais atos e fatos. Parekh ressalta que a cultura é o fator fundamental na análise dos relativistas, mas ela não existe por ela mesma, e sim, existe da maneira de como a sociedade a entende e organiza a vida em conjunto. Essa cultura será enquadrada e composta de elementos que trarão benefícios e legitimem os interesses de determinada sociedade, sejam eles econômicos e de formas de relações sociais. *What is true of culture is also true of society*<sup>20</sup> (*O que é verdade para a cultura é também verdade para a sociedade*), cita Parekh, observando que cada cultura tem suas histórias, com seus mitos e costumes. Assim, na visão dos relativistas, não se pode julgar uma sociedade da qual não seja parte, pois suas práticas se adequam aos seus membros, crenças e constituição moral. Entretanto, não é coerente dizer que todos de uma sociedade aceitem tais modos e costumes de vida.<sup>21</sup>

Já os monistas colocam a natureza humana como fonte da moralidade. A cultura não é um fator determinante para uma vida agradável, e sim para definir contextos diferentes de sociedades particulares, assim não há espaço para uma diversidade moral, apenas cultural. O que resulta em que um modo de vida poderia ser reduzido e mensurado a um simples valor ou princípio e que quando transposto para a realidade deve-se ser compreendido em seu conjunto completo, não em fragmentos. As vantagens relativas ao monismo residem no fato de que o bem pode ser definido e determinado independente dos agentes envolvidos. Enquanto os relativistas não conseguem determinar as sobreposições culturais entre as diversas culturas, os monistas não conseguem explicar onde se baseiam as diferenças, pois eles, de acordo com Parekh, não reconhecem que o bom pode ser plural em diferentes concepções. Distorcendo essa base, Parekh ressalta que *no way of life can be based on one value alone*<sup>22</sup> (*nenhum modo de vida pode ser baseado em um único valor*).

---

20 PAREKH, Bhikhu (1999). Op Cit. p. 134. Tradução Livre.

21 Ibid. p. 135

22 Ibid. p. 137. Tradução Livre.

Para equilibrar esse impasse, o universalismo mínimo concorda que se pode viver com diferentes concepções morais, mas que isso é um fator que pode ser julgado perante os valores universais. Discorda, pois, da ambição monista de que há uma melhor forma de se viver, e essa é a verdade humana.

As três linhas de pensamento reconhecem os fatores óbvios de que todos os seres humanos pertencem a uma espécie comum e dividem certos atributos, sendo culturalmente diferenciados na prática. O universalismo mínimo que Parekh afirma é derivado de princípios universais da natureza humana ou de um consenso universal hipotético. Quão importante é o paradoxo existente entre o universalismo (que neste caso constitui a “base” de um mínimo admissível) e a aceitação das diferenças (relativismo), se entende que, o que se busca não é a universalidade cultural, mas justamente uma universalidade onde a pluralidade é aceita com a afirmação de outra cultura; não a sobreposição de pontos de vistas distintos. A resolução destas disparidades é essencial para o progresso do desenvolvimento de políticas para a melhor implementação dos direitos humanos<sup>23</sup>.

Yash Ghay comenta que o universalismo baseia-se nas seguintes noções: (a) existe uma natureza humana, (b) a natureza humana é conhecível, (c) a natureza humana é conhecida pela razão, (d) a natureza humana é essencialmente diferente de outra realidade. O oponente do universalismo (o relativista) admite que a natureza humana não é abstrata, porque as pessoas são definidas pelas suas relações com outros e como parte de uma sociedade. Diferentemente de Parekh, Ghay entende que a posição dos relativistas não é apenas baseada na cultura, apesar de ser a fonte mais comum dentre esse grupo. Para ele, os relativistas variam entre os mais flexíveis (aceitando alguns princípios universais) até aqueles em que os direitos humanos são validados baseados na “cultura” de cada sociedade.<sup>24</sup>

Há certos aspectos que devem ser levados em conta na análise de Yash Ghay com proposições acerca da natureza do Direito<sup>25</sup> e da cultura, e a relação de ambos. O direito não é necessariamente reflexão da cultura, ele é valorado exatamente por estarem em frente da cultura. Como citado, ainda há muita opressão em nome da tradição. A cultura não é

---

23 PAREKH, Bhikhu (1999). Op Cit. p. 158.

24 GHAI, Yash. *Universalism and Relativism: Human Rights as a framework in negotiating Interethnic Claims*. In CARDOZO LAW REVIEW. February, 2000. p. 2

25 Aqui se entende de Direito o sistema de normas de conduta imposto por um conjunto de instituições para regular as relações sociais

estática nem homogênea em nenhuma comunidade, especialmente nos dias atuais em que a interação é cada vez maior entre todos, além de ressaltar que o termo “cultura” não apresenta fundamentalmente um conceito, pois, está sempre conectado com a religião, línguas, história, folclore, vestimenta, culinária, dentre vários fatores que desenham o aspecto cultural de uma sociedade. Vale ressaltar que enquanto o Direito utiliza de seu poder coercitivo e o peso político, a cultura está no campo das relações interpessoais. A diversidade que foi surgindo no Direito no decorrer dos anos, em resposta a diferença das tradições econômicas e sociais e as necessidades emergentes, facilitou a contextualização dos temas abrangendo a proteção deste Direito.<sup>26</sup>

*For multicultural states, human rights as a negotiated understanding of the acceptable framework for coexistence and the respect for each culture are more important than for monocultural or mono-ethnic societies, where other forms of solidarity and identity can be invoked to minimize or cope with conflicts.*<sup>27</sup>

Para Yash Ghay, a tarefa de se equalizar os direitos humanos numa abrangência mundial é difícil, mas não impossível. Os Estados estão cada vez mais multiculturais, como um resultado da imigração ou porque as pessoas estão construindo novas identidades. Um argumento relativista cita que em uma comunidade homogênea, a questão é puramente entre valores nacionais e padrões internacionais, assim é de certa forma, menos problematizada que em um Estado multicultural, em que uma comunidade pode ser subordinada por outra. Certas polaridades como o universalismo/particularismo, laico/religioso, tradicionalista/moderno, não conseguem explicar a complexidade de se englobar os interesses de cada visão ao contrário de se fazer uma escolha a um ou a outro.

Nader Chokr afirma que não há um padrão único e universal válido para todas as culturas, pessoas, tempos e lugares. Culturas diferentes têm diferentes padrões, e são estes padrões que determinarão as ações e condutas individuais de onde ele pertence. Agora, para os relativistas esses padrões são apropriados para sua própria cultura, criando assim uma “moral verdadeira” relativizada para a “moral da comunidade”, impossibilitando o julgamento

---

26 GHAI, Yash. Op. Cit p.3-5.

27 Ibid. p.5 – Tradução nossa: “Para Estados multiculturais, os direitos humanos são como uma compreensão negociada da armação aceitável da coexistência e o respeito de cada cultura é mais importante do que para sociedades monoculturais ou mono-étnico, onde outras formas de solidariedade e identidade podem ser invocadas para minimizar ou enfrentar conflitos.”

de membros de outras culturas. Para o autor, os universalistas deveriam reconhecer que o que é correto para uma pessoa, pode ser diferente do que é o correto para outra. Ou seja, são apenas diferentes, não melhor ou pior do que outros. As crenças determinam o que é correto ou justificado, elas são determinadas pela cultura, e o relativismo cultural analisa que são essas crenças que dirão a verdade sobre o que é certo ou errado no espaço-tempo que eles se encontram.

Se o relativismo explica as diferenças existentes, então talvez nós devêssemos ser relativistas sobre um assunto discrepante. No entanto, não decorre do fato de que existem diferentes padrões morais para julgar se é correta ou não uma determinada ação ou conduta, já que nenhum padrão moral universal correto existe. Os diferentes padrões podem eles próprios ser avaliados como mais ou menos próximo de um padrão universal. Talvez devido à sua complexidade, é difícil de compreender ou conhecer um padrão universal correto, e isso se explica pela existência de vários e diferentes padrões. Mas isso não decorre do fato de que parece haver diferentes padrões para o julgamento moral, e de que há, de fato, diferentes padrões. Se este ponto de vista está certo, então a posição do relativista cultural, de que não há um padrão universal, poderia explicar a diversidade moral.<sup>28</sup>

Chokr enumerou quatro argumentos que poderiam dar suporte a tese do relativismo cultural, ressaltando também os contra-argumentos que colocam dificuldades na sua real implantação. Primeiramente, ele aborda a diversidade cultural, sendo que essa se reflete nas atitudes e valores que colocam um equilíbrio na comunidade levando em conta a moralidade dos indivíduos<sup>29</sup>, e contra argumenta que a diversidade não se opõe ao fato de que existam algumas crenças que são melhores do que outras, explicado pelo fato de que crenças podem estar erradas. Diante da variedade de ambientes e contextos em que as sociedades existem, torna-se fundamental a idéia de que os princípios morais básicos são implementados de diferentes formas.<sup>30</sup>

Em segundo lugar, o autor argumenta que as discordâncias morais explicam o porquê das disputas com base cultural que são insolúveis para os relativistas, e contra

---

28 Nader N. Chokr. *Who is (not) afraid of (cultural) relativism?* Tracés. Revue de Sciences humaines, n° 12, Faut-il avoir peur du relativisme?, mai 2007 [en ligne], mis en ligne le 24 avril 2008. p. 11-12

29 Como não existe um padrão universal absoluto, onde faz com que exista apenas uma verdade, dentro de um ponto de vista da moralidade apenas, não é válido que se abandone qualquer outra moralidade. (Ibid, p. 13)

30 Ibid, p. 14.

argumenta tendo o universalismo e/ou pluralismo como a melhor resposta, citando que a discordância moral aparece aonde existe o choque de atitudes, com uma pessoa tentando fazer com que a outra veja o mundo de sua maneira (pois para o relativismo, ambas as visões estariam corretas). O pluralismo poderia explicar melhor as discordâncias morais do que o relativismo, pois para o pluralismo não existe um valor moral dominante, existem valores independentes que podem ser julgados em diferentes direções, dependendo do contexto e de sua perspectiva.<sup>31</sup>

Em terceiro lugar, há o argumento do papel funcional da moralidade numa sociedade, que é essencial para regular e negociar conflitos; e o contra argumento de que a lei possui um papel mais fundamental do que a moralidade.

O último argumento baseia-se na possível convergência de valores, que tenderia a eliminar a diversidade; mas o contra argumento está no ponto em que é muito remota a chance de que haja uma convergência dos padrões morais, e que é difícil aceitar a idéia de um “progresso moral” em um mundo marcado por tanta tragédia e horror.<sup>32</sup>

Enfim, pode-se perceber que coisas que certas pessoas fazem em uma cultura diferente da nossa são, por um lado, evidências da ignorância, ideologias próprias, costumes e diferentes concepções de distribuição de poder e autoridade, que são comuns e tradicionais nessas sociedades. Mas, por outro lado, os atos em outras culturas têm um significado diferente, e somos de certa forma, incapazes de entender e avaliar essas diferenças. Mas se agirmos com base na nossa perspectiva incompleta e etnocêntrica, corremos o risco de sermos julgados por quem não compreende, ou por aqueles que sabem mais que nós próprios daquilo que está sendo julgado. O relativismo cultural dita que o ato cometido por tal sociedade é aceito por ela e é correto em determinado contexto, notando que uma sociedade é uma “rede complexa de culturas e sub-culturas”, de acordo com Chokr.<sup>33</sup> O papel do relativismo está em suportar o que chamamos de “visão dominante” e promover o que cada cultura considera o correto e o que vai contra suas crenças tradicionais.

---

31 Ibid, p. 14.

32 Ibid, p. 12-17.

33 Ibid. p. 26



Nader Chokr faz uma análise profunda das razões que poderiam explicar o relativismo, colocando-o em contradições com outros pontos de vistas:

(a) Dogmatismo/autoritarismo VS. Tolerância e “mente aberta”:

Não se pode considerar o relativismo como o oposto de dogmatismo, autoritarismo ou intolerante, pois ele apenas é uma diferente versão da mesma coisa. O relativismo não declara se certa questão é verdadeira ou falsa, ele apenas não dá razões para um individuo ou grupo mudar suas crenças ou percepções; fazendo com que se sintam certos do que eles acreditam ser o melhor para eles próprios. O relativismo considera-se neutro quando há um conflito entre diferentes visões, o que difere da tolerância<sup>34</sup>.

(b) Tradicionalismo/conservacionismo VS. Modernismo/progressivismo

Existe a verdade em princípios morais, onde ela desafia as idéias tradicionais sobre quais princípios estão realmente corretos. Considerando que o relativismo é por natureza, conservacionista, ele tende a ter uma visão neutra, pois a partir do momento que ele considera que a crença de todos é a verdadeira (para seus naturais), não há necessidade de ninguém modificar suas visões sobre algo, e se o fizer, perceberá que o que antes ele considerava certo, agora passa a ser diferente.

(c) A quase-universalidade de "mentiras" e o relativismo

Chokr coloca que hoje no mundo existem muitas pessoas especializadas em criar mentiras que os outros querem ouvir e acreditar, e isso implicará provavelmente no seu comportamento, interesse, ou em alguma direção favorecida para quem está o fazendo. Esta mentira nos faz acreditar naquilo que, na verdade, não é algo “acreditável”. Os relativistas se posicionam, sendo conservacionistas neste ponto, para acreditarmos naquilo que realmente sabemos e vivemos, e não nos deixar levar por fabricações que nos manipulam pela simples acomodação e bloqueando crenças que tentam implantar contra nosso próprio conhecimento.

(d) Mecanismo de defesa intelectual e imunização contra crítica

---

34 A tolerância na visão de Chokr requer alguns aspectos positivos sobre por que, onde e quando e até que ponto deixamos as pessoas acreditarem e o que nos fazemos ser errado. Você não é intolerante com o que se considera errado, mas também com aquilo que é diferente. (Nader N. Chokr. *Who is (not) afraid of (cultural) relativism?* Tracés. Revue de Sciences humaines, n° 12, Faut-il avoir peur du relativisme?, mai 2007 [en ligne], mis en ligne le 24 avril 2008. p. 29)

Relembrando, o relativismo nos diz que tudo o que acreditamos está certo para nós mesmos, independente do que a outra pessoa acredita, e conseqüentemente esse ato marginaliza todos os outros pontos de vistas (exceto o nosso). Mas também coloca-nos um ponto que, desde que protejamos contra aqueles argumentos que nos guie em direção oposta àquilo que realmente acreditamos, o relativismo põe-se num lugar de neutralidade, onde nos deixa livres para conhecer outras formas de pensamentos.

Assim como Chokr, Donnelly enfatiza também que para os relativistas culturais o que realmente importa é a visão interna e a prioridade é relativa aos seus próprios julgamentos baseados em sua cultura (que é o fator mais importante). E contrapondo-se a isso os universalistas colocam a cultura em segundo lugar na validação dos direitos e regras, estipulando limites às variações locais, e dando prioridade para as demandas da moral cosmopolita da sociedade. Indagando se os direitos humanos decorrem sobre a natureza humana, em que medida os direitos humanos poderão ser relativos? O autor certamente responderia que a própria natureza humana é relativa, e é a cultura que terá significativa influência na presença e expressão de muitos aspectos que irá diferenciar um ser humano de outro, por isso, destaca-se que o ser humano é muito mais um projeto social do que uma natureza dada.<sup>35</sup>

Donnelly esquematiza a importância dada e os conflitos (se) gerados acerca de como são vistos e analisados os julgamentos, seja interna ou externamente, e coloca ainda que esses julgamentos são decorrentes de uma avaliação moral.

		Julgamento Interno sobre uma prática	
		Não-importante moralmente	Muito importante moralmente
Julgamento Externo de uma prática	Não-importante moralmente	Caso 1	Caso 2
		Não têm nenhuma importância para ambas os lados.	Será insensível pelo fator externo, enquanto terá forte repercussão interna
	Muito importante moralmente	Caso 3	Caso 4
		Ocasão mais plausível de ocorrer uma pressão externa.	Situação onde poderá ocorrer uma situação negativa da pressão externa.

Tabela 1. Tipos de Conflitos acerca das Práticas culturalmente relativas.<sup>36</sup>

35 DONNELLY, Jack. Op Cit. p.90-91.

36 Ibid. p. 93.

Evidenciando que os preceitos são únicos para cada comunidade e cada uma irá analisá-lo de forma distintas; não podemos abandonar, segundo Donnelly, o princípio da inerência e utilidade universal. Além de como cada situação será interpretada e substanciada, onde focos se distinguem entre universalistas e realistas. O autor coloca que existem certos direitos que são claramente conectados com as necessidades básicas para a dignidade humana e que estes, ao menos, deveriam ser basicamente aceitos universalmente e defendidos moralmente numa forma contemporânea de organização social.<sup>37</sup> Há também certos níveis de relativismo baseados em outros direitos, principalmente os civis, que determinadas sociedades avaliam de formas diferentes, dando mais ou menos liberdade a seus indivíduos, mas atentemos que essas liberdades devem ter limites (o que é desafiador para os universalistas), e que determinados limites são impostos também de diferentes maneiras.

O modo de interpretação e implementação são fatores determinantes para o modo de como a sociedade será vista e analisada no cenário internacional, pois é uma maneira de legitimar as variações de entendimentos e interpretações acerca de suas obrigações. Pois, de acordo com Donnelly, nem todas as interpretações são igualmente plausíveis ou defensíveis; não são livres-associações ou arbitrárias, e que até mesmo dentro de uma mesma sociedade podemos lidar com esse tipo de questionamento.

Ao contrário dos que concordam com os relativistas culturais (tratando a cultura como homogênea e estática), Donnelly se posiciona colocando que esses argumentos são inválidos, e que apelam para o passado e para os fatores históricos, não mais relevantes. Neste aspecto, ressalta-se que há uma distinção entre “civilização e cultura” de “religião e política”. Por mais que os relativistas argumentem os atos cometidos pelo Islamismo, Donnelly conclui que o Islã não é uma civilização, mas sim uma religião, um verdadeiro e compreensivo modo de vida que transcende culturas e civilizações.<sup>38</sup>

---

37 Os direitos presentes nos Artigos 3-12 na Declaração Universal dos Direitos Humanos (que incluem o direito a vida, liberdade e segurança; garantia da personalidade legal; igualdade perante a lei; proteção contra a escravidão, detenção arbitrária, ou exílio e tratamento desumano ou degradante) são universalmente válidos e necessários. O autor argumenta que concepções da natureza humana ou a sociedade que é incompatível com esses direitos, são indefensíveis na sociedade internacional contemporânea. (Ibid. p. 94).

38 Ibid. p.101.

### 1.3. Uma provável resposta: O consenso. Mas como chegar a ele?

Uma resposta ao questionamento da universalidade/pluralidade dos direitos humanos é uma visão multiculturalista sem uniformidade, aceita também como pluralismo, em que o reconhecimento e o respeito mútuo são essenciais<sup>39</sup>. Há certas distinções no que tange ao multiculturalismo e ao relativismo cultural. Enquanto Henkin aponta dificuldades a tornar os direitos humanos obrigatórios universalmente, diante das particularidades locais<sup>40</sup>, para Douzinas o relativismo cultural é potencialmente mais perigoso, por que os relativistas começam da observação de que os valores são contextuais e usam isto para justificar as atrocidades contra quem discorda de sua tradição opressiva e seus atos que vão contra a visão “global” dos direitos humanos, exemplificado pelo massacre feito pelos sérvios em nome de suas tradições<sup>41</sup>.

Neste sentido, há de se analisar o papel da democracia perante a questão do multiculturalismo e diferentes visões acerca dos direitos humanos em sociedades diversas, onde esta democracia deve ser tratada como dinâmica, autotransformação constante, onde se faz possível uma política da diferença, que as mesmas são aceitas sem que ocorra o pré-juízo ou ainda mais conflitos referentes a opiniões controvertidas. Pois é neste momento de superação da discriminação, que a tolerância ganha espaço e faz com que o indivíduo ou a sociedade esteja mais preparado para aceitar a cultura alheia. Diante disso, o respeito e a possibilidade do diálogo intercultural, aliados ao respeito e reconhecimento do outro, tornam possível às civilizações construir com “inimigo” comum, aqueles valores que não podem negar e que conhecem muito bem: a fome, a miséria, a violência e a dor.<sup>42</sup>

Entretanto, há de se convir que o mundo esteja em constante processo de mutação e que a ordem internacional devido à incompreensão do objetivo real dos direitos humanos, seja por questões políticas, culturais, religiosas, históricas ou fronteiriças, manifesta-se de forma anárquica e sem um consenso baseado na universalidade. Ressalta-se que não se trata de rejeitar o relativismo, nem de aprovar o universalismo, e sim de

---

39 KRETSCHMANN, Ângela e CARVALHO, Evandro Menezes de (org). *Universalidade dos Direitos Humanos e Diálogo na Complexidade de um Mundo Multicivilizacional*. p. 348

40 Apud HENKIN, Louis. *The right of man today*. London: Stevens & Sons, 1979. pag. 112 In Ibid. p. 377

41 DOUZINAS, Costas. *The End of Human Rights*. Oxford: Hart, 2000. p. 128-131 In Ibid p. 377

42 KRETSCHMANN, Ângela e CARVALHO, Evandro Menezes de (org). Op. Cit. Pag. 386

reconhecer a importância de cada um visando o melhor aproveitamento e o mais adequado para a promoção da dignidade humana e preservação do bem-estar social das pessoas. Para Kretschmann, a construção de uma solução consensual das diferenças é essencial para se alcançar este nível baseado no diálogo intercultural para enriquecer a compreensão comum dos direitos humanos. “(...) *a maneira de condenar um ato não pode ser a partir do ponto de vista simplesmente de outra cultura*”<sup>43</sup>; ou seja, é essencial o intercâmbio de opiniões para se caminhar a um consenso multicultural do reconhecimento do valor do outro.

Parekh ressalta a importância de se haver um diálogo de abrangência internacional baseado no consenso entre distintas opiniões, em que o intuito não é descobrir valores e escolher o “melhor”, e sim concordar com eles. De acordo com o autor, esses valores partem de uma decisão coletiva e devem ser demonstrados de forma racionalmente defensiva. A natureza humana não é um fato apenas, mas uma teoria, e não se pode influenciar que pessoas vivam com uma concepção que nem ao menos reconhecem.<sup>44</sup> O caminho deste consenso se traça a partir de um diálogo intercultural baseado em valores universais, na medida em que se reconheça a capacidade que define um tipo específico e único de determinada cultura/sociedade, que está englobada em uma comunidade universal.

Dentre um corpo de valores que não é específico de uma cultura ou sociedade particular, mas que esteja fundado em uma partilha da identidade humana intercultural, Parekh estipulou cinco valores morais universais: unidade humana, dignidade humana, valor humano, promoção do potencial humano ou interesses humanos fundamentais, e a igualdade. Eles são valores porque eles merecem ser estimados e seguidos, são titulados de morais, pois, estão relacionados com a maneira que devemos viver e conduzir as relações interpessoais, e finalmente são universais, pois, afirmam para a lealdade de todos os seres humanos.<sup>45</sup> Os valores universais são uma garantia moral da preservação dos direitos humanos, pois, valores não são simplesmente escolhidos, mas ditam como devemos nos comportar perante situações em que o consenso e a concepção humana cultural não têm argumentos formados. Por outro lado, Parekh salienta que não se pode esperar, que apesar de

---

43 Apud. AMALADOSS, Michael. *Promover a harmonia: vivendo em um mundo pluralista*. Tradução de Nélcio Scheneider. São Leopoldo: Unisinos, 2006, p. 98. Coleção Humanitas. In Ibid. p. 389

44 PAREKH, Bhikhu (1999). Op. Cit. p.140-141.

45 Ibid. p. 150.

“universais”, esses valores serão aceitos por todos e deveriam ser cada vez mais encorajados. O diálogo intercultural que o autor propõe, pode trazer vantagens de aumentar a autoridade moral e proteger contra os excessos de um universalismo abstrato, assim como o exagero de apelar apenas para sua cultura em particular e valores nacionais.<sup>46</sup>

Para Nader Chokr, a cultura está diretamente ligada com a questão da disparidade do relativismo cultural *versus* universalismo moral, que traz a tona debates acerca de direitos humanos, democracia, desenvolvimento humano, entre outros. Ressalta-se que desde o final da Guerra Fria está havendo um incremento do choque cultural, marcado por efeitos da globalização e suas conseqüências, fazendo com que sociedades tão distantes se aproximem diante de uma cultural imperialista de expansão e extensão global. A partir deste impasse, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) elaborou a Convenção sobre a “Proteção e Promoção da Diversidade Cultural” (2005), alegando que os efeitos da globalização representam um desafio para a diversidade cultural. Mas, Chokr afirma que a diversidade cultural deve ser preservada, e que concepções particulares e liberdade de idéias são essenciais.<sup>47</sup> Desta avaliação a pergunta que fica é o que realmente é importante: culturas ou pessoas? O que realmente deve ser protegido e não julgado por todos?

Chokr cita que *cultures are not museum pieces, to be preserved at all costs*<sup>48</sup>, ela é montada e completada em continuas mudanças, e sua real identidade (principalmente aquelas ligadas a sua história) permanecem vivas e dão a real significância do valor de preservá-la. Aquelas sociedades que não conseguem preservar suas bases e tudo aquilo que engloba a cultura não são autênticas o suficiente para continuar existindo.

---

46 O resultado do diálogo e a subsequente pressão da opinião mundial podem auxiliar para melhorar a efetividade e no encontro entre diferentes culturas. Exemplo disso seria a pratica de apedrejar o ladrão convicto até a morte, em algumas sociedades muçulmanas. Para outras sociedades esse ato é degradante e desumano, mas não na visão daquelas que a ação está plenamente justificada, entendendo que o ladrão não pertence dignidade. [...] A humanidade é a base de sua dignidade, e não é negada, mesmo que pratique uma falta, ele continua a possuir outras capacidades humanas. [...] Além disso, o apedrejamento até a morte [...] já mostrou que não há evidencia empírica de que tal ato implique a diminuição do roubo. [...] Por estas e outras razões, Parekh certamente argumenta que essa pratica é desumana e deve ser descontinuada. (PAREKH, Bhikv (1999). Op. Cit, p. 153-154).

47 Nader N. Chokr. Op. Cit, p. 37-38.

48 Ibid. Pag. 40. “Cultura não são peças de museus, que devem ser preservadas a todo custo” (Tradução Nossa).

As conseqüências de uma “complexidade cultural” norteiam todas as relações que configuram e modelam um mundo globalizado. E, na visão de Chokr, essa questão poderia ser mais bem compreendida em uma análise pluralista<sup>49</sup>, em que não há espaço para julgar qual sociedade é a melhor ou pior, mas em que se busca estabelecer um padrão alternativo que seria suficiente para prevenir questões conflitantes na base do universalismo e fornecer uma espécie de orientação significativa. O "Pluralismo razoável" aconselha a tolerância das diferentes práticas que se conformam aos padrões alternativos, e a tolerância é aceitável, podendo facilmente englobar áreas como a etiqueta, humor, gostos culinários, e talvez até padrões de beleza, entre vários outros aspectos. No entanto, as apostas são completamente diferentes quando se trata do que é considerado valioso, razoável/racional, ou digna da dignidade dos seres humanos.

Devido à relativa falta de importância, criamos versões externas sobre padrões diferentes dos nossos, e isso faz com que se criem empecilhos que nos fazem ter mais dificuldade de enxergar e de mantermos as nossas opiniões a respeito do que moralmente vale a pena fazer ou ser, ou o que é razoável acreditar. No entanto, temos de alguma forma, que chegar a um acordo acerca de uma pluralidade de valores, tradições e estilos de vida.<sup>50</sup>

Jack Donnelly parte do preceito de que o consenso é mais voluntário do que coercitivo, e que por mais que os direitos humanos sejam considerados universais, isso não depende apenas de particularidades religiosas ou doutrinas fundamentais, pois eles não são compreensíveis em todos os entendimentos. Deveria haver uma conversão igualitária entre doutrinas, no interior de cada sociedade e entre civilizações provocando uma convergência dos direitos humanos presentes na Declaração Universal. O consenso, nesse aspecto, seria então a resposta mais adequada para a resolução dos conflitos envolvendo questões vitais de controvérsias entre as sociedades? Ou seria a escolha da idéia de autodeterminação da

---

49 É difícil ver como a tolerância sobre padrões de concepções alternativas possa ser mantida a menos que suponhamos que exista algum ponto de vista independente destas concepções para que se o avalie. Muitos filósofos concluíram que há tal ponto de vista, apesar de admitir que só possa aprovar um padrão muito amplo dentro dos limites ao alcance das concepções aceitáveis. O pluralismo detém uma gama de diferentes concepções ou padrões existentes e pode ser tolerado, mas apenas dentro dos limites. Em outras palavras, não importa o quão desejável seja os conselhos do pluralismo e da tolerância, deve-se haver limites para aquilo que pode e deve ser tolerado, ou seja, um limite do intolerável que não devemos cruzar com a impunidade. Pluralismo deve ser colocado sob rigorosas restrições normativas de algum tipo. (Nader N. Chokr. Op. Cit, p. 65-66).

50 Ibid. p. 67-68.

comunidade, mesmo que isso permita execução das práticas contra “os afastados dos padrões” modernos e que violente os direitos humanos “universais”?

Quaisquer que sejam nossas diferenças, hoje ou no passado, todas as civilizações contemporâneas estão ligadas no crescente reconhecimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nas palavras de Donnelly<sup>51</sup>, os direitos humanos são “um padrão comum de realização para todas as pessoas e nações” e são relativamente universais. A cultura por si só seria um desafio para a universalidade dos direitos humanos. Para o argumento universalista de Donnelly, deveria haver uma padronização nos conceitos básicos que garantam a dignidade mínima necessária.

Como forçar um governo a respeitar os direitos humanos, sendo que na prática isso é um assunto, em grande parte, nacional? Como obrigar os principais violadores a respeitar as normas internacionais? Atentemos que a interação dos fatores e decisões nacionais e internacionais, estão ligadas com o sucesso ou falha da universalidade ou particularidade dos direitos humanos, que este tem sido submetido às normas internacionais, mas sendo realizado dentro das particularidades das ações nacionais.<sup>52</sup>

Enfim, não temos que apenas entender e combater as causas imediatistas que geram as controvérsias de fatores culturais entre as sociedades, mas analisar os fatores que contribuem para as diferentes abordagens de instrumentos internacionais dos direitos humanos. Como nota Abdullahi Ahmed Na-Na'im, aqueles que estão no poder claramente prefeririam ter o controle de implementar seu ponto de vista acerca do “bem-comum” e da verdade absoluta, mas é necessário que eles aceitem que há fatores internos e externos que visam implementar padrões de direitos humanos. Padrões estes que, segundo o autor, deveriam se desenvolver e compilar-se como um exercício de legitimidade nacional, não como uma limitação externa. A partir deste ponto, mudanças internas podem ser estimuladas para acomodar esse padrão estabelecido, uma vez que ele foi legitimado dentro de uma cultura de uma comunidade particular.<sup>53</sup> Apesar de que forças dos atores institucionais econômicos ou sociais possam aparecer para intermediar as causas dos resultados dos

---

51 DONNELLY, Jack. Op. Cit. p.103-106.

52 Ibid. p. 180-181.

53 NA-NA'IM, Abdullahi Ahmed and DENG, Francis M. Human Rights in Africa – Cross-Cultural Perspectives. The Brooking Institution Washington, D.C. p. 331-332



esforços para reconhecer e implantar os direitos humanos, a análise e o posicionamento final emergem da interação dos indivíduos.

O relativismo cultural consegue validar e explicar as causas e atos da escravidão e do genocídio, supondo que a tolerância irá sancionar as respectivas culturas. E também supõe que cada vez mais que acreditamos em nossas culturas e crenças, menos nos tornamos tolerantes com os valores alheios, pois o que temos que vivenciar é o modo como nossa sociedade se posiciona nos moldes que a cultura determina – seja histórica ou não. Podemos ter conflitos entre vários padrões, mas algumas vezes podemos também ter uma convergência destes padrões.<sup>54</sup>

Por mais que o Islamismo seja um complexo multifacetário que tem sido objeto de dissentimentos, muitas das vezes até mesmo violento, onde atores internacionais o condenam por ser o causador de dilemas que vão contra o padrão “ocidental” dos direitos humanos, temos sim que levar em consideração um fator significativo que é a religião e a cultura. E que por mais que universalistas ditem que esta cultura esteja ultrapassada e que ela seja formada pelas atitudes contemporâneas, ainda há forte influência nas decisões dos países que levam a lei divina da *sharia* como base para seus atos e costumes. Abdullahi Na-Na'im afirma que ainda é tempo de se ter um posicionamento coerente para corrigir a situação da interculturalidade, e que certos padrões não deveriam ser abandonados e sim melhorados e desenvolvidos para o melhor entendimento da legitimidade universal cultural. Cada cultura seja ocidental, islâmica, hindu, africana, latina, européia tem seus problemas e suas particularidades que infligem à sensibilidade da autonomia e opinião de outro ponto de vista.

Considerando os aspectos citados neste capítulo com argumentações e contra-argumentações acerca do relativismo cultural como fator de determinar a identidade e práticas de um país e o papel do universalismo dos direitos humanos perante as obrigações internacionais. Buscarei, nos próximos capítulos, verificar como o paradigma entre cultura e costumes locais tem ocorrido na prática do Sistema de direitos humanos da ONU, a partir da análise concreta da Republica Islâmica do Irã, abordando também seus aspectos históricos.

---

54 Ibid. Pag 341

## CAPITULO 2

### CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ

#### 2.1. Marcos históricos

O Irã é um Estado perso-nacionalista, xiita e centrista, de diversos contrastes e relações conflituosas, quer se analise suas relações internacionais, seus governantes ou ainda as minorias étnicas e religiosas que vivem em seu território. Ou seja, é um país que reúne vários povos, sendo os persas a maioria, e é único país com regime xiita, onde se contrapõe com os sunitas no que tange o fundamentalismo radicalista na maneira que se segue o Islamismo. Ademais, com crescente vivacidade o Irã reivindica o direito de determinar seu próprio caminho, seguindo suas premissas e centralizado em suas ideologias islâmicas.

De acordo com Rolf Reichert<sup>55</sup>, as noções de “Islã” e “República”, excluem-se em uma ambiência xiita, pois no xiismo a democracia perante o povo não é de extrema importância, pois os atos das autoridades eleitas serão responsáveis perante Deus, não perante o povo. Sendo assim o princípio da democracia, fundado no conceito de República fica subestimada à autoridade dos preceitos islâmicos, onde a lei é de Deus e ninguém mais tem o direito de modificá-la. Em outras palavras, todas as leis já existem, são eternas, vigentes em todos os Estados do mundo e em todos os tempos, por que de acordo com os argumentos islâmicos, o único legislador é Deus e o parlamento teocrático não tem o poder de elaborar novas leis.

Baseando-se nos autores Peter Demant, Rolf Reichert e o brasileiro Rui Medeiros<sup>56</sup>, que presenciou toda a revolução islâmica no Irã, a história persa-iraniana é completa de fatos e ações que tiveram repercussão no mundo inteiro, tendo como base argumentos religiosos e princípios imperiais autoritários. O lugar onde hoje é ocupado pelo

---

55 REICHERT, Rolf. *Estado e Religião no Irã*. Trabalho revisto por Prof. Waldir F. Oliveira. Artigo de uma versão portuguesa de duas conferências proferidas na Universidade de Granada (Espanha), em 1980.

56 MEDEIROS, Rui. *A Revolução dos Turbantes*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A; 1981.

Irã, ofusca o encanto de uma das mais antigas civilizações da Terra, que data de cerca de seis mil anos antes de Cristo. Berço de várias civilizações, eras e dinastias formam o que hoje se conhece como o Império Persa.

O período safávida, que começou em aproximadamente 1500 d.C., é visto pelos historiadores como uma ponte entre a antiga Pérsia e o Irã moderno, devido à adoção da denominação xiita do Islamismo e à renascença cultural e política empreendida pela dinastia reinante. Uma das particularidades do Estado xiita é a posição do monarca, sendo representado como portador da luz divina, a quem se deve uma devoção incontestável. Os safávidas reservaram ao clero uma grande influência e ampla esfera de ação, e com isso o

[...] resultado do zelo e do fervor xiita foi o isolamento da Persia, colocada no meio dos vizinhos sunitas. Vemos assim, como o poder secular valia-se do poder espiritual (clerical) para legitimar sua ambição de poder. Em vista dessa função legitimadora, a posição do clero no novo Estado perso-xiita foi muito fortalecida, principalmente através de donativos materiais em forma de feudos vitalícios, e de um sistema especial de benefícios.<sup>57</sup>

Devido a várias discordâncias de quem deveria possuir o maior poderio na governança da Pérsia, já no princípio do século XVIII, as atividades do clero passaram a ser cada vez mais distante da política do Estado, entrando numa profunda decadência.

Uma vez que os persas-xiitas se colocavam completamente fechados aos seus vizinhos sunitas, este isolamento induziu a aproximação com o Ocidente. Em contrapartida ao fator estrangeiro europeu, o clero assumiu um fator importante, desejando frisar que a influência européia foi um motivo de transtorno ao equilíbrio político da Pérsia, onde o clero tinha completa autonomia de sua função. Nesse momento de intervenção, o clero converteu-se em um catalisador para a agitação nacional e social do povo acerca da política e economia do Estado, sendo que ele estava contido pela autoridade do Xá *qajárida*<sup>58</sup>.

Com isso, o clero se posicionou contra a atitude do Xá, arraigado nas doutrinas religiosas do *xiismo*, indispensável para entender a compreensão dos acontecimentos da época. Segundo a interpretação xiita, cada governo leigo, o qual não

---

57 REICHERT, Rolf. Op. Cit. p. 163

58 Este, no desejo de se libertar da tutela dos clérigos, estreitou cada vez mais, sua aliança com os colonialistas europeus.

pertence a uma ordem religiosa, é provisório até a volta do *Iman* ausente<sup>59</sup>, porque o poder soberano pertence somente ao *Iman*. Desse conceito, resultou a idéia de os dignitários clericais se considerarem aptos a executarem os desígnios do *Iman*, e conseqüentemente a controlar e criticar o poder leigo, ou seja, o poder dos Xás. Os mais importantes dos dignitários religiosos são os Aiatolás (*ayatollah*, na linguagem árabe), que significa “signo de Deus”, aquele que tem o direito de controle tanto da política interna quanto externa do Estado, como se fosse o “advogado do povo” oprimido e humilde, segundo Reichert<sup>60</sup>. Eles se mostravam dignos de ter destacada importância, quando se tratava de rejeitar a influência estrangeira no campo da religião, tradição, política e economia.

Sendo assim, em 1906, o clero conquistando seus poderes políticos, fez uma nova constituição assegurando a *xiia* como religião do Estado, e as leis eram analisadas pelos clérigos, para a confirmação de que as mesmas estavam seguindo os preceitos islâmicos. O clero era contra a separação de poderes de estilo europeu, pelo fato de que isso poderia acarretar a divisão de seus privilégios (como seus latifúndios, sua isenção de impostos etc.).

Continuamente ao exercício de poder do Aiatolá, os monarcas da dinastia Qadajr governaram de 1794 a 1925, até que uma revolução dirigida pelo chefe de uma brigada de cossacos, Reza Khan foi coroado xainxá (rei dos reis), iniciando a nova dinastia pérsia: a Dinastia Pahlav. E como outros Xás que já estiveram no poder, visando reduzir o poderio do clero; ele conquistou o ódio e a discriminação de toda clerezia. Em 1935, com a subida do poder dos nazistas, o Xá Reza Phan Pahlavi em uma posição pró-Alemanha, trocou o nome da Pérsia por Irã, que significa ariano, e para provar para o mundo e principalmente para o II Reich, que seu país tinha origem na “raça pura”.

Mesmo com todas as irreverências cometidas, o então Xá era considerado um bom governante no que se diz respeito ao apoio a população, segundo Medeiros, estabelecendo um programa de reformas, notadamente nos setores de educação e saúde, e deu início à modernização dos costumes (liberando os mulheres do uso do chadô<sup>61</sup>), que conseqüentemente foi contra aos princípios dos chefes muçulmanos. Em meados de 1941, o

---

59 *Iman*: No *xiismo*, autoridade suprema legítima de uma comunidade muçulmana (corresponde ao califa no sunismo): Ali e seus sucessores, na linhagem de Maomé. Ver DEMANT, Peter. Op. Cit. p. 392.

60 REICHERT, Rolf. Op. Cit., p. 165

61 *Xador*: no Irã, vestimenta feminina preta que cobre o corpo inteiro.

Xá foi forçado a abdicar do trono<sup>62</sup> em favor de seu filho, de vinte e um anos de idade, que seria o último xá do Irã: Muhammad Reza Pahlavi.

Seu reinado nunca foi tranquilo e o clero que esperava que o novo xá retornasse com as tradições islâmicas viu-se desiludido, pois, as reformas e modernizações relativamente moderadas dos antigos xás fora imposta de um modo brusco e precipitada. Muhammad Reza Pahlavi parecia não ter noção de que só se pode governar um país árabe contemporizando com as peculiaridades nacionais.<sup>63</sup>

Em 1945, com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), o Irã foi um de seus 51 países membros originários, por ter aceitado a Carta da ONU logo em sua adoção.

Em 1963, na “Revolução Branca” que trazia um ostensivo trabalho de ocidentalização, o Xá decretou uma reforma agrária pela qual os latifúndios foram parcelados, e com eles as propriedades das fundações religiosas, investimentos na construção de hospitais, escolas e universidades, usinas siderúrgicas, redes de estradas e sistemas de comunicação, enriqueceu o país com a nacionalização e investimentos no petróleo; enfim, o desejo era de transformar o seu país numa notável, temível potência independente, capaz de manter a hegemonia na região do Oriente Médio. Entretanto o processo beneficiou apenas uma parte da população iraniana - burgueses e aristocratas -, e vários camponeses foram para as cidades, onde se confrontaram com a superlotação e a miséria das favelas. A causa do fracasso da Revolução Branca do Xá Reza Pahlavi, estava na completa desproporção e recurso e com o aumento significativo da desigualdade social. A corrupção e os escândalos envolvendo o Xá tiveram grande participação para o descontentamento em relação ao seu mandato. O último rei do Irã errou principalmente por subestimar a capacidade do seu povo de reagir à violação daquelas tradições e ao abuso do poder<sup>64</sup>.

Com menosprezo pelo Islã, o xá adotou atos totalmente contrários ao estabelecido no Islamismo, conforme exemplifica Medeiros:

---

62 Com a invasão do Irã por tropas soviéticas e britânicas, o xá foi forçado a abdicar do trono e exilou-se em Johannesburgo na África do Sul, onde morreu três anos depois. MEDEIROS, Rui. *A Revolução dos Turbantes*. p. 94.

63 MEDEIROS, Rui. Op. Cit. Pag. 95

64 Ibid, p. 106.

[...] o Xá aprovou a Lei de Proteção a família, criando direito à esposa e mãe. O divórcio, que antes era um simples ato de vontade do marido, passou a ser competência dos tribunais civis. Bordéis e night clubs foram abertos e neles era permitido o consumo de bebida alcoólica, proibido pelas leis religiosas. [...] os principais proprietários das fábricas de automóveis eram membros da realeza. [...] o monarca fez aprovar a Lei de Imprensa que punia com prisão qualquer crítica aos membros da família real.<sup>65</sup>

Num país com a maioria muçulmana, essa posição e as ações dela resultantes eram inaceitáveis, e a insatisfação terminou por atingir grupos e setores da sociedade, com a influência dos líderes religiosos.

O desenvolvimento do Irã beneficiou apenas uma pequena parcela da população, e o “milagre iraniano” causou um descontentamento muito grande para aqueles que não viam resultados positivos derivados de toda a mudança que havia sido feita pelo monarca. A pobreza do país aumentava cada vez mais, e o acesso aos direitos ficava cada vez mais distante para a grande massa que não tinha acesso às oportunidades que eram dadas para uma minoria dos iranianos<sup>66</sup>. A riqueza da monarquia e dos burgueses chocava-se com a miséria das massas. Alguns clérigos e líderes religiosos abismados com a situação se rebelaram contra as medidas que estavam sendo tomadas, até que o *mulla*<sup>67</sup> Khomeini foi preso e exilado no Iraque, devido ao seu criticismo reiterado do governo do Xá Mohammad Reza Pahlavi.

A situação do governo do Xá ficou ainda mais escandalosa em sua forma corrupta e despótica depois que o preço do petróleo disparou, deixando Muhammad Reza Pahlavi contente com a grandeza que poderia adquirir tirando proveito dessa situação. No começo da década de 1970, o Xá investiu em armas compradas dos países ocidentais, principalmente dos Estados Unidos da América (EUA), país este que tinha uma relação bastante harmoniosa com o Irã<sup>68</sup>.

---

65 Ibid. p. 110-112.

66 DEMANT, Peter. Op Cit. p. 229.

67 *Mulla*: (farsi: *mollah*) professor ou pregador religioso que pertence a camada de especialistas em questões religiosas e jurídicas.

68 De acordo com Medeiros, durante o governo do Xá, os EUA e o Irã tinham uma grande proximidade nos aspectos políticos e econômicos visando a modernização deste último país. Acordos relativos a petróleo e forças armadas foram feitos entre os mesmos. Enquanto a *Central Intelligence Agency* (CIA) era responsável por operar no Irã para o preparo e melhora dos armamentos, os EUA firmavam contratos de aquisição e instalação de

Toda essa modernização talvez pudesse ter sido aceita pelos iranianos, se o xá não tivesse sido tão inconseqüente com os preceitos islâmicos a ponto de desafiar clérigos e muçulmanos, suas crenças e superstições. Até que em janeiro de 1978, Reza Pahlavi fez acontecer o estopim da crise quando mandou publicar um artigo contra o Aiatolá Khomeini (exilado em Najaf, Iraque de 1966 à 1978) em termos violentos e desrespeitosos, no jornal diário Iraniano, *Etteallat*. Esse ato provocou uma revolta de todo o clero xiita e do povo, gerando uma onda de protestos e manifestações.

A visão de Khomeini era bastante relevante e influente nas questões iranianas, principalmente no que diz respeito às tradições islâmicas, em que a política é inseparável da religião. No seu exílio no Iraque, ele desenvolveu sua teoria, que inspirou ideologicamente a Revolução Islâmica. Seus pontos principais foram:

- i. os muçulmanos deveriam ser menos passivos, e sob a liderança dos *ulemás*, lutar contra a opressão;
- ii. se os muçulmanos quisessem cumprir seus deveres religiosos, eles precisariam de um Estado islâmico;
- iii. no que se refere à estrutura política do Estado religioso, o governo teria que se basear no princípio da vice-regência do *faqih* a espera do *Imam*, ou seja, o legista-mor do *fiqh*<sup>69</sup>, sendo que os poderes ficariam concentrados em suas mãos, colocando sempre as leis em concordância com a *sharia*.

Com isso o Aiatolá foi considerado o maior idealizador da revolução, com estratégias anti-ocidentais e imperialistas. A partir de janeiro de 1978, e durante o ano todo, que foi exatamente o período da revolução, as hostilidades sucederam-se no país e não tiveram sequer pequenos períodos de tranquilidade. Em março do mesmo ano, cerca de vinte cidades estavam tomadas pelo instinto revolucionário guiado do exterior por Khomeini, que ordenava seus seguidores para que não cessassem a luta até a abdicação do monarca soberano – o xá Muhammad Reza Pahlavi. Milhares de pessoas saíram às ruas reivindicando contra a

---

reatores nucleares e vendas de armas. O Irã em troca oferecia preço do petróleo compatível com a oferta dos EUA.

<sup>69</sup> *Fiqh*: “entendimento”; a jurisprudência ou sistema de interpretação da *sharia* (código Legal Islâmico, que para os muçulmanos estabelecem regras que governam todos para o resto da vida); o especialista se chama *faqih*; no Irã pós-revolucionário, o poder político se concentrava nas mãos do *faqih* supremo.

monarquia em favor das leis islâmicas, e contra os abusos de poder no qual o xá estava incorrendo.

Em dezembro de 1978, na antevéspera do Ano Novo cristão, cerca de cinco milhões<sup>70</sup> de pessoas foram às ruas em Teerã para protestar contra o monarca e exigir sua deposição e a volta do Aiatolá Khomeini.

O país estava em total clima de anarquia, em uma situação caótica e totalmente descontrolada. O Xá não detinha mais nenhum controle sob a situação revolucionária dos iranianos, até que, em janeiro de 1979, Muhammad Reza Pahlavi foi para exílio no Egito e dezoito meses depois ele faleceu no mesmo país por complicações de câncer<sup>71</sup>.

Com a chegada de Khomeini ao poder, e a instalação de uma República Islâmica, foi instituído um regime misto teocrático-democrático, em que o poder judiciário e legislativo se concentrava no jurista supremo, neste caso o *faqih*, o próprio Aiatolá. A divisão entre teocrático e democrático está na imposição de um governo para as questões cotidianas, onde este governo era submetido às leis islâmicas e a interpretação do Conselho dos Guardiões a todas as questões relativas às ações que estavam ou não de acordo com a lei.

Khomeini introduziu uma abrangente islamização das leis e costumes sociais, introduzindo um código de vestimenta (por exemplo, as mulheres eram obrigadas a cobrir os cabelos em público), e uma maior fiscalização do comportamento social, proibindo, por exemplo, namoros entre adolescentes, bailes, contracepção, prostituição, homossexualidade, adultério e todo sexo fora do casamento; todas essas condutas com grandes punições.

O nível educacional teve um declínio significativo, e a nova geração foi submetida a uma lavagem cerebral fundamentalista. Outro marco da entrada de Khomeine ao poder foi a anti-ocidentalização instituída no país. Os atos e toda forma americanizada foram banidos do Irã. Vídeos e filmes não podiam entrar no país, vestimentas e atos suspeitos eram

---

70 MEDEIROS, Rui. Op Cit. p. 128.

71 Ele havia se tratado anteriormente nos EUA, e morado no México. Em março de 1980, o Xá novamente procurou o apoio do presidente egípcio Anwar El-Sadat, que renovou a sua oferta permanente de asilo no Egito. O xá regressou ao Egito, onde recebeu tratamento médico urgente, mas, no entanto, morreu de complicações de linfoma em 27 de julho de 1980 com a idade de 60 anos. Idem. Pag.



ridicularizados podendo até mesmo estarem as pessoas a graves punições. A invasão da Embaixada americana em Teerã foi um ato que marcou e gerou influências que até hoje podem ser sentidas<sup>72</sup>.

De setembro de 1980 a agosto de 1988, Irã e Iraque guerrearam por motivos territoriais, e passaram-se oito anos de guerra, e nenhum acordo foi feito. Os EUA, a Arábia Saudita e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) apoiaram o Iraque, enquanto a Líbia e a Síria ficaram na defesa do Irã. Foram estimadas cerca de 1,5 milhões de mortes, e a devastação dos dois países. O Aiatolá Khomeini utilizou dessa guerra para promover seu universalismo combinado com apelos patriotas iranianos. Com esse discurso crianças e adolescentes davam suas vidas para se sacrificar no *jihad*<sup>73</sup>.

Após o fim da guerra com o Iraque, o Aiatolá Khomeini faleceu em 1989, e nenhum outro *faqih* assumiu seu lugar. O líder supremo religioso escolhido pelo Conselho dos Guardiões<sup>74</sup> foi Ali Khamenei que até os dias atuais exerce tal função.

No aspecto presidencialista, o primeiro presidente, com o Governo Islâmico já instituído, foi Abolhassan Bani-sadr, de janeiro de 1980 até junho de 1981. Em seguida, houve Mohammad-Ali Rajai, que governou durante agosto de 1981 e foi assassinado no mesmo mês. De 1981 a 1989, Ali Khamenei desempenhou simultaneamente funções de Líder Supremo e Presidente. Em 1989, ano da morte de Khomeini, houve uma nova eleição presidencial e Ali Akbar Hashemi Rafsanjani foi eleito e governou o país até agosto de 1997 (tendo sido reeleito em 1993). Em agosto de 1997, Mohammad Khatami foi eleito presidente, tendo sido reeleito em 2001 e exercido a função até agosto de 2005. Desde este ano,

---

72 Em novembro de 1979, os iranianos saíam as ruas para protestar contra o “imperialismo americano” e exigir a extradição do Xá Reza Pahlavi, que até então estava fazendo seu tratamento do câncer em asilo político. Na capital iraniana essa manifestação foi em frente à embaixada americana em Teerã, que foi invadida por estudantes revoltosos e armados com o apoio do Aiatolá, fazendo 52 pessoas de reféns por cerca de 440 dias. Os EUA nada fizeram até então para preservar as relações e principalmente a economia das duas nações, baseada principalmente nas exportações de petróleo. Até que depois de vários conflitos foi desencadeada uma crise entre Irã e Estados Unidos da América, sendo que até hoje os dois países não mantêm relações comerciais, econômicas e diplomáticas.

73 *Jihad*: Luta em favor de Deus; aplicável tanto para busca do autocontrole quando para a islamização da sociedade e a luta armada contra os infiéis. Ver DEMANT, Peter. Op. Cit. p. 392.

74 O Conselho dos Guardiões é composto por doze juristas, metade dos quais é especialista em direito religioso, sendo nomeados pelo Guia Supremo; a outra metade é formada por especialistas em direito civil, nomeados pelo Conselho Supremo Judiciário e aprovados pelo parlamento. Este conselho analisa as leis do parlamento para garantir que se encontram de acordo com a constituição. Além disso, o Conselho pode vetar o voto da população para presidente, apesar de nunca ter acontecido.

Mahmoud Ahmadinejad governa o Irã e apresenta novas questões acerca das relações com os EUA.

## **2.2. O Fundamento do Direito Islâmico**

As leis islâmicas estão fundadas na *sharia*, que no contexto religioso é tudo o que foi legislado por Deus às suas criaturas que irá refletir nas conseqüências da vida das pessoas. São atos estipulados divinamente e que devem ser seguidos e obedecidos para que se tenha uma sociedade ideal e que possa se chegar ao conhecimento divino almejado. A *sharia* está prescrita tanto no Alcorão, pois traz em seu texto as palavras certas e ditas por Deus, tratando de diferentes e variados temas e situações, como na Sunna, que confere a segunda base para a jurisprudência islâmica, que tem como função detalhar as Leis do Alcorão.<sup>75</sup>

A *sharia* baseia-se na preservação do bem comum e com certos princípios. A preservação e proteção da vida baseiam-se no princípio de direito à vida, mas há exceções previstas nas leis islâmicas em que a pena de morte é legalizada por escolha divina. A preservação e a proteção da mente e da razão também mereceram atenção. A razão, para o Islã, é o bem mais precioso que temos, pois ela que nos difere de outros animais. Sendo assim, tudo aquilo que vem a prejudicá-la se torna proibido no Islamismo, na *sharia*, ou seja, proíbe-se, por exemplo, o uso de entorpecentes e bebidas alcoólicas. No que respeita à preservação e à proteção da religião, o muçulmano é responsável para não deixar que haja inovação na religião. Quanto à preservação e o direito à propriedade, desde que sejam adquiridos de forma lícita, não há nenhuma proibição ao acúmulo de bens e propriedades. Por fim, em relação à preservação e à proteção da descendência, a *sharia* impõe o peso da questão familiar a fim de garantir o bem-estar tanto do indivíduo como da sociedade em que se vive.

A *sharia*, como a jurisprudência secular, tem que ser obedecida e respeitada no território do Estado Islâmico em geral, assim como a jurisprudência e as leis contidas na constituição são consideradas como o principal instrumento da postura individual nos Estados laicos. Uma das principais diferenças das leis islâmicas e seculares é o fato da primeira estar fundada em origens divinas, e a segunda feita pelos seres humanos e com características

---

75 ISBELLE, Sami Armed. *O Estado Islâmico e sua organização*. Rio de Janeiro. Editora Azzan. 2008. p.138

baseada em suas fundamentais necessidades.<sup>76</sup> Na *sharia* também consta a premissa de que as penalidades podem ser executadas tanto nessa vida quanto na outra<sup>77</sup>, sendo assim os muçulmanos se sentem na extrema responsabilidade e obrigação de cumprir com todas as leis estabelecidas pelo Deus maior a fim de que eles irão, de uma certa forma, ser recompensados. Há também na jurisprudência dos países islâmicos princípios para evitar danos e estimular a prevenção de atos lícitos. Como, por exemplo, o dano não pode ultrapassar a barreira do individual, e se pode admitir um dano particular para se evitar um dano coletivo. Tudo o que é contra as premissas islâmicas leva à prática do que é ilícito.<sup>78</sup>

O sistema penal islâmico é considerado muito radical visto pelos olhos dos países mais liberais e defensores dos direitos humanos:

A aplicação da lei é de competência exclusiva do Estado. Somente quando houver um tribunal instituído por ele, que julgue baseado nas Leis da *Sharia*, é que se poderá julgar e punir. O sistema judiciário é independente, ou seja, o califa<sup>79</sup> não tem poder sobre ele. Logo, na ausência de um Estado Islâmico, o muçulmano fica terminantemente proibido de querer fazer justiça com as próprias mãos, pois isso não faz parte de sua atribuição, além de construir em um pecado.<sup>80</sup>

Assim podemos analisar que o Estado não mede as consequências ao regular as relações interpessoais e sociais em geral, pois, as leis já foram citadas e são imutáveis na medida de proporcionar o bem-maior. Essa é uma das respostas dadas às severidades das leis, pois as penalidades impostas a uma pessoa que descumpriu com o que está previsto na *sharia* agem como um inibidor. Ou seja, fazem com que delitos similares não sejam executados novamente, já que o que impede o crime é a certeza da punição.

De acordo com Sami Harmed<sup>81</sup> há três tipos de punição na lei islâmica:

---

76 Ibid. p.174

77 Ibid. p. 174-175.

78 Ibid. p. 175

79 Califa: “tenente, combina as funções religiosas e políticas de líder da comunidade”.

80 ISBELLE, Sami Armed. Op. Cit. p. 178.

81 Sami Armed Isabelle nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 1968. Cursou Jurisprudência Islâmica de Medina, na Arábia Saudita. Atualmente ocupa o cargo de diretor do Departamento Educacional e Divulgacional da Sociedade Benéfico Muçulmana do Rio de Janeiro (SBMTJ).

- (i) Had: são punições fixas que foram determinadas pelo Alcorão ou pela Sunna. São baseadas no direito de Deus (Haq Allah) que se refere aos direitos relacionados ao grupo, a sociedade, quanto a sua segurança e organização.<sup>82</sup> Esse tipo de punição visa o interesse público, não poderá ser amenizada, nem endurecida e depois de ser levada ao juiz não poderá ser suspensa. Esses são alguns delitos identificados pelo Had:
- (a) Furto/Assalto a mão armada: Os muçulmanos condenam tomar a propriedade do outro em segredo, desta forma, os juristas definiram que o furto é considerado um delito do Had, e que a punição aplicada é a amputação da mão direita do autor para o primeiro furto, para o segundo há a amputação do pé esquerdo, para o terceiro amputa-se a mão esquerda e com uma nova reincidência há a amputação do pé direito. Para o assalto a mão armada, se a vítima tiver sido morta, sua punição será a pena de morte.
  - (b) Relações sexuais ilícitas: são aquelas mantidas fora do casamento. Para o islamismo o casamento é visto com extrema importância e deve ser preservado acima de todas as circunstâncias, pois a sociedade é formada por um conjunto de famílias, que se forem sólidas constituirão uma sociedade bem estruturada. A punição para o homem e a mulher solteiros que cometeram a fornicação (relação sexual) será de cem chibatadas; e para aqueles casados que cometerem o adultério está prescrito o apedrejamento até a morte<sup>83</sup>.
  - (c) Acusação caluniosa de comportamento imoral: uma alegação sem provas de que alguém tenha cometido um ato previsto pelo Had, acarreta a punição de oitenta chibatadas, conforme previsto no Alcorão.
- (ii) Al Quissáss ou Al Diyah: são punições àqueles que cometeram homicídio ou lesões corporais, e significam causar dano exatamente igual àquele que o infrator infligiu a vítima, incluindo o mesmo local e a mesma forma no que tange a lesão corporal:
- (a) A pena de morte para o criminoso; ou
  - (b) O pagamento de indenização à família da vítima; ou
  - (c) O perdão dado ao criminoso pelos familiares da vítima – apenas os parentes.

---

82 Outro tipo de direito é o que se chama Haq Ádami, direito individual, que se refere ao direito do próprio indivíduo.

83 Esta punição só poderá ser aplicada mediante a confissão do próprio infrator ou através do depoimento de quatro testemunhas. Excluem-se desta sentença mulheres grávidas até que ela tenha dado a luz, pois o juiz não tem o direito de infligir qualquer dano à criança pela punição de sua mãe, pois a mesma é inocente.

(iii)Al Taazir: São para os casos em que não foi pré-estabelecido o tipo de punição adequada ao caso (ex. falso testemunho, insulto, suborno, usura etc.). Cabe ao juiz definir a punição apropriada ao fato de acordo com o Alcorão ou a Sunna. Diferentemente do Had, em que as penas são idênticas a todos, as penalidades no Taazir podem variar de acordo com a situação; e pode haver o perdão do agressor por parte do governo. As penas dependerão da gravidade da transgressão, podendo variar - advertência, multa, prisão, chibatadas, pena de morte, entre outras.

Os não-muçulmanos que residem em um Estado teocrático muçulmano podem instituir seus próprios tribunais para julgarem seus atos de acordo com as regras e determinações de suas respectivas religiões. No que se refere a legislações civis, é facultativa a opção pelo tribunal islâmico.

Ao se analisar a estrutura organizacional do Estado Teocrático Iraniano e suas raízes históricas, nos deparamos com a questão cultural muito fortificada em seus atos, e pode-se considerar um desafio sobrepor a universalidade dos direitos humanos numa sociedade como esta. Tendo como base a questão do relativismo cultural, baseado nos fatos acima citados e colocando o Irã como ator internacional que tem obrigações internacionais de direitos humanos no âmbito das Nações Unidas, no capítulo 3, buscarei analisar como este país se comporta perante estas obrigações.

## CAPÍTULO 3

### A PARTICIPAÇÃO DA REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ NO SISTEMA DE DIREITOS HUMANOS DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

#### 3.1. Considerações a respeito do sistema de Direitos Humanos da ONU

Como visto, o Irã é membro da ONU desde 24 de outubro de 1945, constando entre os 51 membros originários. Ao analisarmos o conteúdo presente na Carta das Nações Unidas, na sua formação, iremos deparar com o real objetivo estipulado por esta Organização que surgiu no fim de duas Guerras Mundiais acabadas. De acordo com o Capítulo Primeiro, do presente documento, é estipulado que:

Manter a paz e a segurança internacionais e para esse fim: tomar medidas coletivas eficazes para prevenir e afastar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão, ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos, e em conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajustamento ou solução das controvérsias ou situações internacionais que possam levar a uma perturbação da paz (...) <sup>84</sup>

A Carta deu uma natureza universal aos direitos humanos que ultrapassaria as fronteiras delimitadas pelo direito interno, de competência exclusiva do Estado. Deste modo, desde sua criação foi se estabelecendo no sistema onusiano um verdadeiro sistema de direitos humanos, formado por órgãos, tratados, mecanismos convencionais e procedimentos especiais ou mecanismos extra-convencionais. Eles contribuem para garantir a transparência da realização dos direitos humanos e para fortalecer a supervisão do cumprimento das normas internacionais de direitos humanos pelo Estado. <sup>85</sup>

---

84 Capítulo Primeiro da Carta das Nações Unidas. Disponível em: [http://www.onu-brasil.org.br/documentos\\_carta.php](http://www.onu-brasil.org.br/documentos_carta.php) - Acesso em 06 de Outubro de 2009.

85 APOLINÁRIO, Silvia Menicucci O. S. *Os procedimentos especiais do sistema de direitos humanos das Nações Unidas*. In: ASSIS, Guilherme de Almeida; MOISÉS, Cláudia Perrone. (Org.). *Direito Internacional dos Direitos Humanos - Instrumentos Básicos*. 2.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora Atlas, 2007, p. 99

Existem vários instrumentos destinados a desenvolver e concretizar a real efetividade dos direitos humanos no âmbito das Nações Unidas para garantir as questões enumeradas na Declaração Universal dos Direitos do Homem. Dentre eles, os pactos internacionais que colocam obrigações jurídicas gerais para os Estados contratantes e tratam da garantia e proteção internacional dos direitos humanos sob ângulos distintos, são eles: O Pacto Internacional de Direito Cívico e Político e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Além destes instrumentos de proteção geral, há também alguns tratados que tratam de temas e circunstâncias específicas, como a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial; Convenção sobre a Erradicação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes; Convenção sobre os Direitos da Criança, dentre outros.<sup>86</sup>

Cumpra agora verificar como tem sido a participação do Irã no sistema de direitos humanos da ONU, dentre os acordos que o país assinou e tem obrigações internacionais, e com aqueles que, apesar de não ter assinado ou ratificado, há certos temas que chamam a atenção por não estarem dentro dos critérios estipulados pelas Nações Unidas.

### **3.2. A República Islâmica do Irã e os Tratados de Direitos Humanos do sistema da ONU**

Os tratados de direitos humanos adotados no sistema da ONU são a moldura jurídica internacional, que deve ser observada pelos Estados que os ratificaram e, assim, aceitaram assumir determinadas obrigações perante a sociedade internacional na temática de direitos humanos. A chamada Carta de Direitos Humanos é formada pela Declaração de Direitos Humanos de 1948, instrumento este que não possui natureza de norma convencional, por se tratar de uma resolução da Assembleia Geral da ONU, pelo Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos e pelo Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ambos adotados em 1966 e vigentes desde 1976.

---

86 GODINHO, Fabiana de Oliveira. *A Proteção Internacional dos Direitos Humanos*. Ed. Del Rey. Belo Horizonte. 2006. p. 21

Ademais destes tratados supracitados, que abordaram os direitos humanos de modo geral, outros tratados foram adotados visando uma proteção especial a determinadas pessoas submetidas a situações que agravam a sua vulnerabilidade, os quais falaremos mais adiante.

Os tratados possuem mecanismos criados para monitoramento do cumprimento das obrigações, os quais são chamados mecanismos convencionais. Em geral, os Estados devem apresentar relatórios que são analisados, buscando verificar a real situação dos direitos humanos. Assim, uma vez que o Estado se compromete com um tratado de direitos humanos do sistema da ONU, ele passa a ter responsabilidade internacional perante determinada questão. Além disso, os mecanismos convencionais criados para monitorar o cumprimento das obrigações dos Estados perante os tratados podem emitir observações a respeito da situação específica de cada Estado.

### **3.2.1. A Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1969)**

O primeiro tratado ratificado pelo Irã foi a Convenção Internacional para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, tendo o feito em 4 de janeiro de 1969<sup>87</sup>. O Estado iraniano não apresentou nenhuma reserva a esse tratado. Em 2003, o Comitê para Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, órgão de monitoramento do tratado, emitiu, por meio de um relatório, suas observações conclusivas a respeito do Irã no que respeita à referida convenção<sup>88</sup>, principalmente no que concerne aos princípios de dignidade e igualdade inerentes a todos os seres humanos.

Esse relatório apresentou os aspectos positivos no que concerne o serviço de infra-estrutura para as áreas habitadas por grupos minoritários, bem como a tentativa de abrigar os refugiados provenientes de países vizinhos, como Afeganistão e Iraque.

---

87REPORT STATUS BY COUNTRY:

<http://www.unhchr.ch/tbs/doc.nsf/NewhvVAIISPRByCountry?OpenView&Start=1&Count=250&Expand=81.1#81.1> – Acesso em 06 de Junho de 2009.

88 Doc ONU: CERD/C/63/CO/6, 10 December 2003. Concluding Observations of the Committee on the Elimination of Racial Discrimination: Iran (Islamic Republic of).



As dificuldades enfrentadas pelo Irã baseiam-se na composição étnica da população e nos diferentes grupos étnicos presentes em várias localidades do país. Há variados problemas, tais como o ensino das línguas destas minorias, que, de certo modo, fica comprometido. Outro aspecto analisado pelo Comitê foi a questão das minorias religiosas, que são discriminadas, podendo ser privadas de direitos pelo Estado. Em relação a isso, foi recomendado que o Estado devesse assegurar às pessoas os direitos e deveres previstos na Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, que o Irã se comprometeu a respeitar, sem discriminação baseada na raça, cor ou origem étnica ou religiosa, de acordo com o art. 5º da referida Convenção.

O Comitê também notou que o *status* da Convenção não está claro perante a legislação interna e que até então não tinha sido endossada<sup>89</sup> nas cortes domésticas de direitos humanos. Ademais, o conceito de discriminação racial contido na legislação interna não está de acordo com aquele estabelecido na Convenção. Assim sendo, o Comitê recomendou que se fizesse uma análise mais específica em sua legislação interna levando em consideração as premissas adotadas pela ONU.

Outro tópico também analisado foi a falta de informação a respeito da implementação do art. 6º da Convenção<sup>90</sup>, e no que se refere a esta questão, foi recomendado que o Irã fizesse relatórios estatísticos com as penalidades impostas aos casos de discriminação racial e étnica, pois, a falta de conhecimento desses delitos não é necessariamente a falta destes acontecimentos.

O Comitê estimulou o Irã a ter um relacionamento mais estreito com a sociedade civil para formular relatórios de acompanhamento dos cumprimentos de suas obrigações perante a Convenção. Este também deve ser um ponto para análise e melhoramento de acordo com as recomendações dos relatores convencionais da ONU.

---

89 Doc ONU: CERD/C/63/CO/6. Para. 9-12.

90 Artigo 6 da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial: “Os Estados Partes assegurarão as pessoas que estiverem sob sua jurisdição proteção e recursos eficazes perante os tribunais nacionais e outros órgãos competentes, contra todos os atos de discriminação racial que, contrariando a presente convenção, violem seus direitos individuais e as suas liberdades fundamentais, assim como o direito de pedir a esses tribunais satisfação ou reparação, justa e adequada, por qualquer prejuízo de que tenham sido vítimas em virtude de tal discriminação.

### **3.2.2. O Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1976)**

O Irã ratificou o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais em 3 de janeiro de 1976. O Comitê Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais apresentou suas observações conclusivas a respeito da situação dos direitos humanos previstos neste tratado no Irã em 1993<sup>91</sup>. Destacou-se o direito à autodeterminação dos povos, bem como a determinação e observância da promoção ao respeito universal dos direitos humanos, com igualdade de gozo de todos os direitos econômicos, sociais e culturais assegurados a homens e mulheres. Nas observações, o cumprimento de alguns aspectos, como a implementação dos enunciados presentes no Pacto foram analisados, juntamente com os fatores que dificultam a sua aplicação.

O Comitê observou aspectos positivos no que concerne a taxa de desemprego que caiu de 15% (durante de Guerra com o Iraque) para 10%, e algumas conquistas relacionadas aos direitos sociais relacionados ao trabalho, tais como: o período de férias teve um aumento de 12 para 30 dias anuais; a idade mínima para trabalho, que antes era de 12 anos, passou para 15 anos; e um aprimoramento da regulamentação das normas trabalhistas foi feito pelo Ministério do Trabalho, que estabeleceu uma rede de inspetores para avaliar o cumprimento das normas, com autoridade para tomar medidas necessárias em face de atos inadequados e contrários a legislação vigente.

Por outro lado, o Comitê identificou fatores e dificuldades que impediam a aplicação do Pacto. Por exemplo, o Comitê observou que, em vários artigos da Constituição do Irã relativos ao reconhecimento dos direitos econômicos, sociais e culturais, há restrições, tais como: “condição que não esteja contra o Islã” (art. 28); “com devido respeito a padrões Islâmicos” (art. 20); “conforme os critérios Islâmicos” (art. 20); e “menos quando seja prejudicial aos princípios fundamentais do Islã” (art. 24)<sup>92</sup>. O Comitê considerou que essas restrições influenciavam e afetavam negativamente a implementação do Pacto, principalmente no que se refere aos seguintes artigos: art. 2º, § 2º (não-discriminação), art. 3º (igualdade de direitos de homens e mulheres), art. 6º (direito ao trabalho), art. 12 (direito à saúde), art. 13 (direito à educação) e art. 15 (direito de tomar parte na vida cultural). O Comitê observou que

---

91 Doc. ONU. E/C.12/1993/7. 09/06/93. Concluding Observations of the Committee on Economic, Social and Cultural Rights: Iran (Islamic Republic of).

92 Ibid. Para 4

é evidente que as autoridades no Irã usavam a religião como um pretexto para cometer abusos contra esses direitos. Como foi dito no capítulo anterior, a base jurídica que rege o ordenamento iraniano está fundada na *Sharia* – leis islâmicas.

O Comitê registrou ainda que um dos principais problemas enfrentados no Irã dizia respeito aos grupos minoritários, por razões de etnia ou religião, em relação aos quais a resolução dos problemas não era satisfatória. Entre algumas preocupações, destacam-se: a violação dos direitos humanos das minorias religiosas, principalmente a comunidade *Bahá'ís*<sup>93</sup>, cujos membros não podiam ingressar nas universidades; a violação dos direitos econômicos, sociais e culturais, atingindo também os direitos civis e políticos; a discriminação baseada na religião nos sistemas educacionais; a educação insuficiente para as minorias Curdas, assim como o acesso restrito ao trabalho, moradia, atividades culturais etc. Todas essas questões são nitidamente contrárias aos artigos do Pacto, que estabeleceu o livre acesso aos meios livres, destinados a todos e ao direito da autodeterminação da pessoa.

A questão da mulher no Irã é uma situação complexa, de ampla discriminação e contrária aos princípios de direitos humanos. Apesar de o Irã não ter ratificado a Convenção de Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, isso não lhe dá autoridade de violar direitos humanos conferidos a elas de modo geral simplesmente por serem “seres humanos”. Até 1993, ano de publicação do relatório analisado, as mulheres não tinham permissão de estudar engenharia, agricultura, metalurgia ou até mesmo se tornar magistradas, e para trabalhar ou viajar elas necessitavam da autorização do marido. Neste particular, há que se recordar o art. 3º do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais estabelece que:

Os Estados partes do presente pacto comprometem-se a assegurar a homens e mulheres igualdade no gozo de todos os direitos econômicos, sociais e culturais enunciados no presente pacto.

As recomendações da ONU a respeito do descumprimento pelo Irã das obrigações assumidas ao ratificar o Pacto incluem a tomada de medidas necessárias tanto legislativas quanto práticas, para assegurar e permitir o exercício dos direitos enunciados e

---

93 *Bahá'ís* : É uma religião mundial, independente, com suas próprias leis e escrituras sagradas, surgida na antiga Pérsia, atual Irã em 1844. São perseguidos em diversos países islâmicos, principalmente no Irã.

aceitos pelo Irã, sem nenhum tipo de discriminação baseada em raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política e em relação aos grupos minoritários.

### **3.2.3. Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (1976)**

O Irã também é Estado Parte do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, desde 23 de março de 1976, quando o mesmo foi ratificado, não tendo apresentado reservas a nenhum de seus artigos. Em 1993, o Comitê de Direitos Humanos, órgão de monitoramento do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, observou em seu relatório<sup>94</sup> que havia inconformidades, apesar de o Irã ter estabelecido um *Human Rights Office* (Escritório de Direitos Humanos), para avaliar as medidas do Irã para melhorar a situação da mulher e reconsiderar as punições corporais.

O Comitê observou que entre as dificuldades para a implementação do referido Pacto no Irã figura a legislação doméstica que protege os valores religiosos islâmicos e prejudica seriamente o gozo dos direitos humanos protegidos pelo Pacto.

A ocorrência mais presente no relatório do Comitê de 1993 tem relação com punições desumanas e degradantes de extrema severidade, que são estabelecidas na *Sharia*, e são contrárias aos princípios fundamentais de direitos humanos. Uma delas é a questão da pena de morte, que é aplicada em crimes de natureza econômica, corrupção e para adultério, ou crimes que não resultam em perda de vida, como sendo contrárias ao presente Pacto. Deve-se recordar que, em relação à pena de morte, o § 2º do art. 6º do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos estabelece que:

Nos países em que a pena de morte não tenha sido abolida, esta poderá ser imposta apenas nos casos de crimes mais graves, em conformidade com a legislação vigente na época em que o crime foi cometido e que não esteja em conflito com as disposições do presente Pacto [...]. Poder-se-á aplicar essa pena em decorrência de uma sentença transitada em julgado e proferida por tribunal competente.

A pena de morte é uma questão que merece atenção mundial voltada para o Irã. Os dados ainda indicam que os números de casos continuam altos (é o que será analisado no último item deste capítulo), e tais crimes são explicados e justificados perante a lei baseada

---

94 Doc. ONU. CCPR/C/79/Add.25. 3 August 1993. Concluding Observations of the Human Rights Committee: Iran (Islamic Republic of).

nos princípios islâmicos, que não consideram tal ato como difamador dos direitos humanos dos cidadãos

Além da pena de morte, outros tratamentos e punições desumanas também foram registrados no relatório de 1993, tais como flagelação, lapidação e amputação, em desacordo, portanto, com o art. 7º do Pacto, que impede que a pessoa seja submetida a tortura, penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes. Acerca desses atos, o Comitê sugeriu que fossem tomadas medidas legais e práticas para assegurar a implementação dos direitos previstos no Pacto, afastando as disparidades previstas. O Comitê recomendou também que as leis domésticas fossem revistas para reduzir o número de penas de morte, e evitar as execuções públicas, garantindo o previsto no Art. 14 do Pacto, que garante o direito a toda pessoa de ser ouvida publicamente e com as devidas garantias por um Tribunal competente. Também houve recomendação de remover, na lei e na prática, as formas de punições incompatíveis com o Pacto, de garantir às pessoas acusadas os meios de defesa necessários, bem como sua segurança pessoal, conforme previsão do art. 9º do Pacto.

O Comitê ratificou que as mulheres também estão sob proteção do Pacto Internacional de Direito Civil e Políticos. Desta forma, ações contrárias a esse tratado foram apontadas no relatório de 1993, ora em análise. Portanto atos tais como a punição para as mulheres que não usam o código de vestimenta adequado, a necessidade de se obter a permissão do marido para sair de casa, a exclusão do magistério, precisam ser revistos para garantir a igualdade de direitos e liberdades previstas nos art. 2º, 3º e 23 do Pacto de Direitos Civil e Políticos.<sup>95</sup>

---

95 O Art. 2 do Pacto prevê que “Os estados-partes no presente Pacto comprometem-se a garantir a todos os indivíduos que se encontrem em seu território e que estejam sujeitos à sua jurisdição os direitos reconhecidos no atual Pacto, sem discriminação alguma por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, situação econômica, nascimento ou qualquer outra situação.”

Segundo o Art. 3, “Os estados-partes no presente Pacto comprometem-se a assegurar a homens e mulheres igualdade no gozo de todos os direitos civis e políticos enunciados no presente Pacto.”

O Art. 23 cita que “A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e terá o direito de ser protegida pela sociedade e pelo estado. 2. Será reconhecido o direito do homem e da mulher de, em idade núbil, contrair casamento e constituir família. 3. Casamento algum será celebrado sem o consentimento livre e pleno dos futuros esposos. 4. Os estados-partes no presente Pacto deverão adotar as medidas apropriadas para assegurar a igualdade de direitos e responsabilidades dos esposos quanto ao casamento, durante o mesmo e por ocasião de sua dissolução. Em caso de dissolução, deverão adotar-se as disposições que assegurem a proteção necessária para os filhos.”

De acordo com o relatório, a liberdade de expressão é estritamente limitada no Irã, onde pessoas que tem pensamentos e ideologias opostas ou diferentes às autoridades e princípios islâmicos são discriminadas, podendo sofrer punições por isso. Assim, verifica-se descumprimento do art. 18 do Pacto, o qual afirma que:

Toda pessoa terá o direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião. Esse direito implicará a liberdade de ter ou adotar uma religião ou crença de sua escolha e a liberdade de professar a sua religião ou crença, individual ou coletivamente [...].

Se analisarmos as decisões tomadas por quem está no poder no Irã, iremos notar que estas virão daqueles que estão baseados na religião oficial. Assim sendo, as restrições, na prática, de outras religiões são conflitantes com a proibição da discriminação baseada em religião ou crença e a garantia da proteção do art. 26, que diz que

[...] a lei deverá proibir qualquer forma de discriminação e garantir a todas as pessoas proteção igual e eficaz contra qualquer discriminação por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política [...]

#### **3.2.4. Convenção Sobre Direito das Crianças (1989)**

O último instrumento de direitos humanos ratificado pelo Irã foi a Convenção dos Direitos da Criança, em 1994. Ao contrário dos demais tratados, o Irã apresentou reservas em todos os artigos desta Convenção<sup>96</sup>, alegando que as disposições podem ser contrárias à *Sharia*, e se colocando no direito de fazer tal declaração. Alguns países (tais como Finlândia, Alemanha, Irlanda, Holanda, Noruega, Portugal e Suécia) fizeram objeções às reservas feitas pelo Irã, alegando que um Estado Parte da Declaração, não pode colocar disposições de sua lei interna como justificativa para não cumprir um tratado internacional. A não satisfação das condições da lei internacional, a limitação das responsabilidades do Estado reservando ao abrigo da Convenção e priorizando os princípios gerais do Direito Nacional, poderia suscitar dúvidas quanto ao compromisso deste Estado para com o objeto e a finalidade da Convenção. Mas nenhuma destas objeções feitas pelos países supracitados constituiu um obstáculo à entrada em vigor da Convenção no Irã.

---

96 STATUS BY COUNTRY: <http://www.unhchr.ch/tbs/doc.nsf/Statusfrset?OpenFrameSet> Acesso em 06 de junho de 2009

A situação das crianças no Irã é bastante complexa e antagônica no sentido em que apresenta dois lados distintos e extremos na situação dos direitos da criança. Por um lado, o Comitê de Direitos das Crianças observou, em relatório de 2005<sup>97</sup>, que há pontos positivos, tais como: a educação superior para os cidadãos; o fato de mais de noventa por cento das crianças de seis a dez anos ter acesso a escola primária; e a ratificação em 2002 da Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) nº 182 relativa a Proibição e Ação Imediata para a Eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil. Por outro lado, há várias questões preocupantes e recomendações feitas pela ONU.

A maioria no Islamismo, determinada pelo Código Civil Iraniano, é de 15 anos para os meninos e 9 anos para meninas<sup>98</sup>. Isto implica que essas crianças deixam de estar protegidas pela Convenção sobre Direito das Crianças (que determina de modo geral a idade de 18 anos para definição das crianças, quando alcançam a maioria). Deste modo, de acordo com o relatório do Comitê de 2005, faz-se necessário uma nova abordagem na legislação doméstica iraniana para rever a definição de criança, colocando-se em acordo com o que é estabelecido pela ONU. No que se refere à questão da pena de morte praticada no Irã com pessoas abaixo de 18 anos, o Comitê observou que o Irã é o país que mais executa crianças no mundo, com 42 execuções de crianças desde 1999 a 2008<sup>99</sup>, baseadas no argumento de que a pessoa pode ser submetida a tal punição uma vez que já tenha consciência de seus atos.

Nesse aspecto, a religião sobrepõe-se às normas e obrigações internacionais, e a ONU vem emitindo relatórios acerca da situação das pessoas que estão protegidas pela Convenção sobre Direito das Crianças no Irã, em particular, a respeito das medidas a serem tomadas para garantir um tratamento que não contrarie os princípios de direitos humanos, nem o islamismo. Assim, o relatório de 2005 recomendou ao Irã que garantisse um alto grau de prioridade para rever a legislação interna a fim de assegurar os princípios estabelecidos pela Convenção (art. 37). A referida Convenção deve, além de ser analisada, ser disseminada

---

97 Doc. ONU. CRC/C/15/Add.244. 31 March 2005. Consideration of Reports Submitted by States Parties under article 44 of the convention. Concluding Observation: The Islamic Republic of Iran.

98 International Federation for Human Rights – FIDH. IRAN/Death Penalty. A state terror policy. April/2009. Disponível em [http://www.fidh.org/IMG/pdf/Rapport\\_Iran\\_final.pdf](http://www.fidh.org/IMG/pdf/Rapport_Iran_final.pdf) (Acesso 07 de Junho de 2009). Pag. 27.

99 Idem. p. 27

entre os principais profissionais relevantes para que tenham conhecimento dos direitos por ela garantidos.

Outro ponto importante, ressaltado no relatório de 2005 do Comitê de Direitos das Crianças, é a questão da família e o papel dos pais na vida de uma criança. Foi solicitado ao Irã que revisasse suas leis, para que fossem menos discriminatórias em relação à mulher na questão familiar. Por exemplo, de acordo com o relatório, apenas o pai tem a permissão para tirar o passaporte ou autorizar o(a) filho(a) a sair do país, quando a criança tem menos de 18 anos. O pai que assassina o(a) filho(a) é submetido a uma punição discricionária, se a mãe fizer uma denúncia formal. Em relação a isso, o Comitê recomenda que se tomem medidas necessárias para garantir que o tratamento não seja discriminatório e que se tenha a execução de investigação e procedimentos penais.

Em 2003, a Lei de Proteção da Criança e do Adolescente<sup>100</sup> visou melhorar a situação das crianças e adolescentes no meio familiar. No relatório de 2005, o Comitê sobre Direito das Crianças estimulou a continuação dos esforços por meio de medidas legislativas, e focou a prevenção e a proibição de todas as formas de violência física ou mental contra a criança, incluindo punições corporais e abusos sexuais. Em conjunto, o Comitê recomendou que ações de apoio devessem ser feitas em meios públicos para estimular e garantir a proteção das crianças e adolescentes vítimas de abusos físicos e mentais.

O Comitê analisou e se preocupou com aquelas crianças que vivem em prisões com as mães e com suas condições de vida, e sugeriu que o Irã desenvolva e implemente orientações a respeito da colocação dessas crianças com as mães na prisão, como idade, duração, contato com outras pessoas e circulação dentro e fora da prisão, a fim de garantir o desenvolvimento adequado da criança, de acordo com o Artigo 27 da Convenção, que garante que toda criança tenha um nível de vida adequado ao seu desenvolvimento físico, moral, espiritual, mental e social.

Em questão da saúde e educação, o Comitê analisou os programas voltados para pessoas com deficiências, e notou que poucas crianças com deficiência têm acesso a

---

100 Inclui a proibição de todas as formas de molestação e abuso da criança, e a obrigação de reportar os casos de abusos em crianças. Mais particularmente, vários artigos do Código Civil e Penal têm sido excluídos, como o artigo 1179 do Código Civil e o artigo 59 do Código Penal, que dá aos pais o direito disciplinar fisicamente seus filhos não definindo os “limites normais”. Ver Doc. ONU. CRC/C/15/Add.244. Op cit. p.9



escola e há falta de informação por parte do Estado no que se refere à integração dessas crianças ao principal sistema escolar. Junto a isso, notou-se também baixo nível de apoio financeiro dado às crianças e suas famílias. O relatório baseou-se na adoção de medidas necessárias para adaptar as escolas para receber pessoas com qualquer tipo de deficiência, e ao mesmo tempo, campanhas públicas, com vista a elevar o nível de sensibilização do público em geral acerca dos direitos da criança. Tópicos relacionados à escolaridade, como a discrepância ainda existente entre meninas e meninos, a falta de professores do sexo feminino em áreas rurais e a distância das escolas nessas áreas (que faz com que a menina fique em casa), ainda precisam da garantia do Governo para alcançar sua meta de base universal da educação. Ainda neste aspecto, tomam-se necessárias notas a respeito da desnutrição infantil e a respeito da saúde dos adolescentes no que tange a saúde reprodutiva e iniciativas em proteção da AIDS, como aconselhamento e serviços, incluindo os efeitos do casamento precoce e sobre planejamento familiar.

No que tange à nacionalidade, o relatório traz sérias preocupações: uma criança cujo pai é um iraniano nacional é considerada titular de nacionalidade iraniana, mas uma criança cuja mãe é iraniana e que se casou com um não-iraniano, sem obter o consentimento de oficiais do governo, não será reconhecida como um nacional iraniano. O Comitê está preocupado com esta situação, pois, afeta um grande número de crianças cujas mães e pais são iranianos afegãos e que conseqüentemente não têm nem uma nacionalidade, e assim também não são consideradas nacionais do Irã.

Outra preocupação reside na situação de crianças que, por mais que sejam consideradas iranianas, não tem o registro de nascimento. Isso ocorre principalmente em áreas rurais e isoladas, até mesmo com crianças refugiadas, e afeta diretamente a escolaridade e educação das mesmas. Deve-se atentar também à discriminação das crianças de minorias religiosas, como os *Bahá'ís*, que não possuem o mesmo direito a educação. Ocorrem também registros de crianças desacompanhadas provenientes do Afeganistão, com fins de exploração no Irã, e há o apelo no relatório por parte do Comitê recomendando o acesso irrestrito destas pessoas aos órgãos humanitários competentes, a suspensão da prática de deportação de crianças desacompanhadas inferiores a 18 anos e estímulo à reunião destas crianças com suas famílias originais, assegurando que todas as crianças refugiadas deverão ser devidamente registradas e com pleno acesso a educação e saúde. Outro fato degradante e visto como crime é o tráfico e venda de crianças, particularmente meninas da zona rural, facilitado pelo

"casamento temporário "ou" *siqeh* "- casamentos que duram de 1 hora a 99 anos, que ocorre entre o Afeganistão e o Irã, onde supostamente elas são vendidas para exploração. Os traficantes devem ser julgados e punidos, de acordo com o relatório.

Como já dito anteriormente, o Irã é Estado parte da Convenção da OIT n° 182 relativa a Proibição e Ação Imediata para a Eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil, mas há relatos de que há grande número de crianças abaixo de 15 anos, especialmente em zonas rurais, envolvidos com trabalho infantil, apesar de estar previsto no art. 79 do Código Civil que a idade para acesso a emprego é 15 anos. Todavia, no “Código de Agricultura”, a idade mínima prevista é de 12 anos. Desta maneira, a ONU sugere que a legislação seja revista para garantir a essas crianças a proteção à exploração econômica, e delimitar a idade coerente ao trabalho estipulada na Convenção da OIT n° 138 a respeito da idade mínima de admissão ao emprego sendo não inferior a 15 anos.<sup>101</sup>

De acordo com as informações acerca da situação das crianças no Irã. Conforme analisadas pelo relatório referente à Convenção sobre Direito das Crianças, o Irã, em nenhum momento, conta com a presença ativa da sociedade civil e organizações não-governamentais. Essa participação tem o potencial de contribuir para a promoção dos direitos humanos e reduzir a exploração de qualquer forma da degradação da pessoa.

Por sua vez, a justiça juvenil mereceu destaque no relatório do Comitê, que determinou a abolição dos tratamentos desumanos, degradantes, cruéis e tortura para crianças com menos de 18 anos que cometeram crimes, e sugere o desenvolvimento de planos de ações de sentenças alternativas.

### **3.3. Mecanismos Extraconvencionais**

O presente tópico visa abordar como é a visão dos relatores especiais para direitos humanos da ONU perante o cumprimento de direitos garantidos aos cidadãos iranianos. Foram analisadas as situações perante a sociedade, e como o governo se posiciona a tal comportamento. Desta forma, sugestões e recomendações foram feitas alertando a sociedade internacional de direitos humanos, a real situação de um país que apresenta várias

---

101CONVENÇÃO 138 - SOBRE IDADE MÍNIMA PARA ADMISSÃO A EMPREGO [http://www.oitbrasil.org.br/info/download/conv\\_138.pdf](http://www.oitbrasil.org.br/info/download/conv_138.pdf) - Acesso em 05 de Outubro de 2009.

contradições em seus atos, baseando-se nos acordos que o Irã assumiu obrigações. Nos relatórios foram abordadas situações referentes a: direito à moradia; direito dos trabalhadores migrantes; violência contra a mulher; tortura; detenção; e direito da liberdade de expressão.

De acordo com o relatório de direitos econômicos, sociais e culturais, em especial o direito à moradia adequada como um componente do direito à vida, apresentado por Miloon Kothari<sup>102</sup> em julho de 2005, há vários aspectos no Irã a respeito de moradias que ainda devem ser analisados para que providências sejam tomadas visando à melhora da condição social daquele país. O objetivo desse relatório foi vincular o *status* da moradia com os direitos humanos, atentando para aspectos de gênero e não-discriminação. O relator, baseando-se no Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, observou que:

*Sometimes poverty arises when people have no access to existing resources because of who they are, what they believe or where they live. Discrimination may cause poverty, just as poverty may cause discrimination.*<sup>103</sup>

A questão da moradia é um item que merece atenção, levando em conta questões de governança e política, minorias étnicas e religiosas, direitos básicos, condição aquisitiva e direitos das mulheres para avaliar a real situação do Irã em relação a esse aspecto. Considerando-se fatores variados, desde, por exemplo, a guerra Irã-Iraque, que resultou em massiva destruição de casas e infra-estrutura e a vulnerabilidade do território iraniano a terremotos, o país certamente necessita de políticas para a melhora e manutenção das boas condições de moradia.

O poder executivo no Irã é liderado pelo presidente eleito e formado por 22 ministros, dentre eles está o Ministério de Moradia e Desenvolvimento Urbano. Além deste, existem várias organizações governamentais e não-governamentais que atuam nesta área promovendo a melhora nas condições de vida, como empréstimos, financiamento e suporte aos necessitados. Existem três leis urbanas no sentido de colocar uma limitação ao total de terra que um único proprietário pode possuir em seu nome. As propriedades não-usadas deverão pertencer ao Governo. Ainda há que se observar a existência de políticas que focam o

---

102 Doc. ONU. E/CN.4/2006/41/Add.2. Report of the Special Rapporteur on adequate housing as a component of the right to an standard of living, Millon Kothari. Mission to the Islamic Republic of Iran (19-31 July 2005). 21 March 2006.

103 Doc. ONU. E/CN.4/2006/41/Add.2. Op. Cit. Para. 74

desenvolvimento urbano, que 25% do orçamento do desenvolvimento nacional é destinado a programas de moradia e subsídios, como a participação do setor de construção com o financiamento direto vindo do Banco Central.

Apesar de programas e políticas referidos, não foi observado, conforme registrou o relatório, nenhum resultado substancial na melhora no acesso a uma moradia digna pela população iraniana mais pobre. O relatório apontou quatro pontos que podem justificar essa situação: (i) a inacessibilidade de créditos governamentais e a ausência de financiamento para os segmentos mais pobres da população (os financiamentos estão, de certa forma, voltados para a classe média da sociedade iraniana); (ii) distorções nos incentivos do governo para construção em larga escala de prédios, com preços baixos para as unidades de moradia; (iii) programas de planejamento de moradia essencialmente urbanos e política rural insuficiente; e (iv) a falta de coordenação entre o governo, agências e organizações responsáveis pela implementação. Além destas falhas apontadas no relatório, Miloon afirmou que há contradições entre o que as organizações de fomento à moradia relatam e aquilo que a sociedade explicita, por exemplo, com o suposto programa destinado a prover moradia sem custo para pessoas idosas, o qual foi criticado pelas pessoas entrevistadas. Todavia, elas mesmas concluíram que existem subsídios diretos e indiretos para esses tipos de programas.

O relator também considerou a situação das moradias no Irã, levando em conta o respeito pelo direito à segurança no lar, direito à segurança individual, e o direito à participação e privacidade. Incluindo as condições básicas como água, aspecto sanitário, eletricidade, assim como prioridade para mulheres e comunidades vulneráveis, garantindo igual acesso à terra e a propriedade, livres de violência e discriminação. Comparou-se o Irã com outros países com recursos semelhantes, e o relator registrou que não se deparou com áreas de favelas ao redor da cidade, mas sim com bairros informais sem acesso a condições mínimas de saúde e higiene.<sup>104</sup>

O relator notou que existe ainda muitos casos de desapropriação de títulos de posse da terra por parte do proprietário, não garantindo assim o íntegro direito à propriedade e perante a lei. Isso ocorre principalmente entre moradores de áreas rurais onde não há a posse formal da propriedade. Nesse particular, ainda há o costume de acordos

---

104 Doc ONU. E/CN.4/2006/41/Add.2. Para. 48-50.

informais entre essas populações para transferência de terra por gerações, sem nunca ter precisado de documentação escrita. Não é incomum a desapropriação forçada de suas casas, uma vez que essa posse é considerada ilegal pelo Governo, afetando diretamente a vida das pessoas. Há também o confisco de propriedades. De acordo com dados do Banco Mundial, mais de 30% das terras iranianas estão sob posse do Governo, sendo resultado do que consta na Constituição: a “propriedade adquirida de uma maneira que não está em conformidade com os princípios da *sharia* devem ser confiscada e transferida para a posse pública.”<sup>105</sup> Para o relator este artigo é vago e sujeito a diferentes interpretações, sendo um instrumento abusivo para confisco de propriedades individuais, como forma de retribuição para suas crenças políticas e religiosas.

Grupos específicos e minorias no Irã sofrem discriminação ao adquirir sua propriedade, causando uma desproporcionalidade nas condições de moradia necessárias. Minorias religiosas também são diretamente atingidas em razão da negação de direitos, por motivos decorrentes de suas crenças, por exemplo, o herdeiro da terra que pertencer a outra religião senão o Islã, não tem direito de possuí-la e desta forma essa terra será confiscada e entregue ao governo. As mulheres também são alvo de discriminação no que se refere a propriedades em seu nome e até mesmo na locação. Obstáculos são colocados a solteiras ou divorciadas, ou seja, mesmo que seus direitos não sejam negados pela lei, o homem tem que dar autorização para qualquer tipo de negociação de moradia. Além disso, como o campo profissional para as mulheres iranianas ainda é bastante limitado, há maior dificuldade de se conseguir a autorização para sua propriedade. Outro ponto reside no fato das mulheres não terem o direito a herança completa do marido quando se tratar de transferência de terra ou no caso do divórcio. O relator fez ainda uma relação entre a violência contra mulher e o direito de se ter uma moradia adequada, esclarecendo que uma casa segura implica maior proteção aos mais vulneráveis.

Considerando o direito a uma moradia digna como um dos elementos de direitos humanos numa perspectiva baseada na igualdade étnica, religiosa e de gênero, o relator emitiu recomendações para o governo iraniano no que concerne a melhora da situação e a maior abrangência neste aspecto. Focando a garantia da harmonização entre instrumentos de direitos humanos internacionais e as Leis Islâmicas, deverá existir a criação e a

---

105 Ibid. Para. 46

implementação de leis voltadas, com transparência, para pontos como a melhora da qualidade dos serviços básicos, garantia dos títulos de posse das propriedades, bem como a maior acessibilidade tanto aquisitiva quanto física (melhor condição das casas, devido a área ser sujeita a terremotos). Ressalta-se também a atenção às políticas desenvolvidas para mulheres (considerando que o Irã ainda não assinou a Convenção de Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW), além da eliminação da discriminação para com as minorias étnicas e religiosas a respeito do direito à posse de uma moradia íntegra.

É importante notar que o Irã passa por uma situação de dificuldades econômicas e sociais, pois o número de migrantes no país aumenta cada vez mais, e destes a maioria é decorrente do Afeganistão. Eles vêm no Irã um lugar onde se tem mais oportunidade, onde famílias e amigos já moram e, assim sendo, eles vão em busca de “tentar a vida”, como citou a Relatora Especial da ONU a respeito de direitos humanos dos migrantes, Gabriela Rodríguez Pizarro, no relatório acerca de trabalhadores migrantes. Neste particular, cumpre destacar que o Irã não ratificou a Convenção Internacional da Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias.<sup>106</sup> Ademais, existem no Irã 980.000 (novecentos e oitenta mil) pessoas em estado de refugiado sob a proteção e assistência do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)<sup>107</sup>. Assim, o país é o terceiro na lista dos países que mais recebem refugiados (estando atrás do Paquistão e da Síria), como pode ser analisado no gráfico abaixo:

---

106 Doc. ONU. E/CN.4/2005/85/Add.2. 23 Dezembro de 2004. Specific Groups and Individuals: Migrant Workers. Report of the Special Rapporteur on the human Rights of Migrants, Gabriela Rodríguez Pizarro.

107 Dados obtidos do “2008 Global Trends: Refugees, Asylum-seekers, Returnees, Internally Displaced and Stateless Persons”. Acessível em <http://www.unhcr.org/4a375c426.html> Último acesso 08 de agosto de 2009, 13:44.

**Gráfico 1: Principais países que recebem refugiados, final de 2008:**

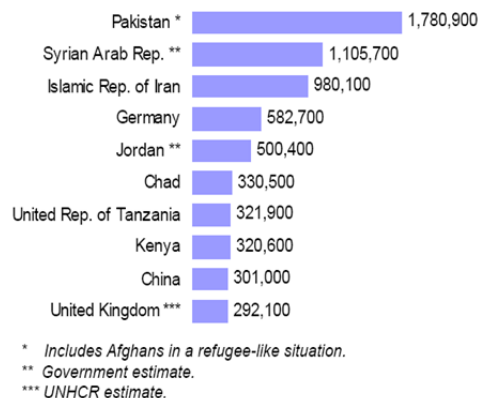


Gráfico 1<sup>108</sup>

De acordo com o relatório especial da ONU acerca de trabalhadores migrantes, em 2003, havia cerca de 300.000 (trezentos mil) afegãos não-registrados no Irã.<sup>109</sup> A queda do Talibã mudou profundamente o status dos refugiados afegãos, pois, durante o período entre 1994-2001, quando ainda existia o governo Talibã no Afeganistão, os afegãos não tinham o status de refugiados e podiam trabalhar seguramente no Irã. E com a queda do regime, surgiu um movimento na fronteira considerado ilegal para a migração de trabalho. Um dos principais motivos do grande movimento migratório decorrente do Afeganistão é o fato de que muitos afegãos possuem a mesma língua e seguem a mesma religião (muçulmanos xiita) dos iranianos. A presença do grande número de refugiados no Irã faz com que o Governo os instigue a deixar o país e considera-os como culpados pela alta taxa de desemprego. A maioria dos estrangeiros que trabalha ilegalmente é de origem afegã, principalmente nas áreas de agricultura e construção. Com isso deformidades vão surgindo no tratamento dos migrantes residentes (legalmente ou não) no país, como a falta de oportunidade para que os jovens tenham acesso à universidade, a redução gradual da assistência à saúde desde 2004, e a negação da nacionalidade em certos casos, como, por exemplo, se um afegão se casa com uma iraniana, suas crianças não terão um status legal porque a presença do homem afegão é irregular e o matrimônio não é reconhecido oficialmente.

---

108 Dados obtidos do “2008 Global Trends: Refugees, Asylum-seekers, Returnees, Internally Displaced and Stateless Persons”. Acessível em <http://www.unhcr.org/4a375c426.html> Último acesso 08 de agosto de 2009, 13:44.

109 Doc. ONU ONU. E/CN.4/2005/85/Add.2. Para. 16.

As autoridades iranianas estabeleceram centros para migrantes irregulares que moram nas ruas, oferecendo-lhes acomodação, serviços básicos de saúde e alimentação. As pessoas são reagrupadas antes de sua deportação caso sua situação seja irregular. Todavia, podem apresentar razões válidas para a efetivação de sua estada no país. De acordo com a Relatora especial para direitos humanos dos migrantes, a maioria das pessoas que passa pelo centro já esteve envolvida com tráfico, lutas, roubo ou atos imorais. De 21 de março de 2003 a fevereiro de 2004, cerca de 8.000 migrantes passaram pelo *Sepid Sang Screening Center*, dentre eles 6.711 foram deportados para o Afeganistão e 1.807 foram autorizados a permanecer no país.<sup>110</sup>

A relatora especial para direitos humanos dos migrantes também analisou como é o comportamento dos iranianos que vivem fora de seu país de origem, seja em busca de melhores condições econômicas, empregos, liberdade etc. Foi-se datado que há cerca de três milhões de iranianos que vivem fora do país, e que os principais destinos são Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Alemanha, França, Emirados Árabes e Suécia. Além disso, acordos bilaterais foram assinados e também se estabeleceram centros de assistência aos iranianos no exterior, que visam defender os direitos dos iranianos e facilitar seu retorno. Outro ponto importante mencionado pela relatora foi a discriminação que os iranianos sofrem em países ocidentais por sua religião e nacionalidade.<sup>111</sup>

Conclui-se que medidas para garantir que os migrantes efetivamente realizem seu direito às assistências legal jurídicas devem ser consideradas, além de políticas administrativas e legislativas que ofereçam melhores condições para o gozo dos direitos dos refugiados vindos de países vizinhos, principalmente o Afeganistão. Assim, foi recomendado que o país assinasse a Convenção Internacional sobre Proteção dos Direito dos Migrantes e suas Famílias, bem como investisse em pesquisa e avaliação da real situação do tratamento dado aos refugiados e de suas condições de trabalho, saúde, moradia, assim como do impacto dos refugiados na economia iraniana. Conseqüentemente, haverá maior participação da sociedade civil, representadas por organizações que promovem o respeito aos direitos dos migrantes, incluindo questões específicas tais como a situação de mulheres, crianças expatriadas, falta de serviços básicos, falta de acesso a justiça e educação. As informações

---

110 Doc ONU. E/CN.4/2005/85/Add.2. Op Cit. Para. 36

111 Ibid. Para. 46



poderiam chegar até a população, fazendo com que as pessoas conheçam os direitos dos quais são titulares e como exigí-los.

Outro relatório da ONU a ser analisado consiste na observância da violência contra a mulher (suas causas e conseqüências) no Irã durante 29 de janeiro a 6 de fevereiro de 2005, feito pelo relator especial Yakin Ertürk que examinou as violências sofridas pelas mulheres, bem como as falhas no sistema iraniano que propicia essa situação, que tem suas raízes fundadas desde a Revolução Islâmica que coloca a mulher em um patamar inferior daquele que a sociedade masculina ocupa na sociedade. É quase consenso de que este fato não é um problema a ser discutido pelas autoridades iranianas, o que dificulta sua punição.<sup>112</sup>

No que respeita à ratificação da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, consta no relatório que apesar da aceitação por parte do Parlamento, o Conselho dos Guardiões ainda não aprovou a entrada do Irã, pois entende que há incompatibilidade entre a referida convenção e as leis islâmicas, baseando-se no art. 20 da Constituição Iraniana:

*All citizens of the country, both man or woman, equally enjoy the protection of the Law and enjoy all human, political, economic, social, cultural rights, in conformity with Islamic criteria.*

A situação da mulher é de certa forma complexa e paradoxal, uma vez que já é costume a predominância masculina no poder na sociedade iraniana. A conseqüência mais perturbante desse fenômeno acaba sendo a violência com mulheres, as quais são mais vulneráveis que os homens na medida em que não têm a autonomia de decidirem seus atos e opiniões. A desigualdade de gênero funda-se em dois fatores, de acordo com Yakin Ertürk: (a) nos valores patriarcais e atitudes baseadas na supremacia masculina, enraizada historicamente; e (b) na estrutura de gênero promovida pelo Estado, interpretada pelos princípios islâmicos. Sendo assim, as mulheres irão se confrontar com barreiras econômicas e sociais pré-estabelecidas pela sociedade nas esferas pública e privadas. A situação educacional voltada para as mulheres é considerada positiva, mas em contradição o nível de empregabilidade das mulheres está consideravelmente baixo (note-se que o homem tem o

---

112 Doc. ONU. E/CN.4/2006/61/Add.3. Integration of the Human Rights of Woman and a Gender Perspective: Violence against woman. Report of the Special Rapporteur on violence against woman, its causes and consequences, Yakin Ertürk. 29 January to 6 February 2005.

direito de proibir sua esposa a aceitar um emprego quando o acha incompatível com seus interesses ou com sua dignidade). No campo político, a representação feminina também é extremamente baixa. Apesar de as mulheres serem aptas a se candidatarem para o Parlamento (mas não para a presidência), a representação delas é de 2,80%, referente a oito cadeiras dentre os duzentos e noventa membros, como pode ser visto no gráfico abaixo:

**Gráfico 2: Porcentagem de mulheres no Parlamento (Majlis) - 2009**

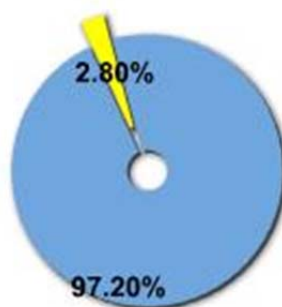


Gráfico 2: As mulheres ocupam apenas 2.80% no parlamento iraniano (representado pela tira amarela).<sup>113</sup>

Notou-se que a submissão feminina não é considerada um problema no Irã e que as mulheres são tolerantes a violência que sofrem por medo da própria família ou do marido. Atos violentos tais como auto-imolação, tráfico de mulheres e meninas que são seqüestradas ou compradas para um casamento temporário e depois são vendidas para o mercado sexual em outros países, tortura para conseguir confissões, pena de morte por apreijamento em caso de adultério (o mais comum).<sup>114</sup>

Leis discriminatórias, tanto no Código Penal quanto no Civil, têm um papel significativo para o aumento do poder masculino e o agravamento da vulnerabilidade da mulher em face da violência. No que respeita ao casamento e ao divórcio, a mulher tem capacidade para assumir o casamento, com o consenso dos pais, a partir de nove anos de idade. É totalmente legal perante o art. 1105 do Código Civil que o homem tenha múltiplas

---

113 Ver Inter-Parliamentary Union, Estatística das Mulheres nos Parlamentos (<http://www.ipu.org>) Último acesso em 08 de Agosto de 2009, às 16h44min

114 Informações coletadas do relatório especial das Nações Unidas Doc ONU E/CN.4/2006/61/Add.3. Op. Cit.

mulheres, pois é ele o “chefe da família”. Acerca do divórcio, de acordo com o Art. 1133 do Código Civil, o homem pode pedir o divórcio a qualquer momento (tecnicamente tem-se que apresentar os motivos para o juiz), já a mulher tem que provar que o casamento lhe causa danos físicos e psíquicos. Quando há o caso de custódia dos filhos, a guarda é sempre a favor do pai, e no que concerne à herança, o homem tem mais privilégios e as mulheres são incapazes de herdar propriedade de terra. O Código Civil também restringe a liberdade de movimento das mulheres, dando o direito para o marido controlar sua liberdade, como, por exemplo, precisa-se da autorização do marido para uma mulher poder viajar, hospedar-se em um hotel, mulheres devem seguir o código de vestimenta (chadô).<sup>115</sup>

Destaca-se um ponto que já foi abordado, a respeito da maioridade de uma menina ser nove anos, e de um menino quinze anos. Além de discriminatório, vai contra as normas da Convenção do Direito das Crianças que estipula a maioridade como sendo 18 anos para ambos. A partir da maioridade a pessoa já pode ser condenada as punições estipuladas na *Sharia*.<sup>116</sup> Para determinadas punições deve-se cumprir a pena, com a própria vida (*Al Diyiah*) e, nessa situação, diz-se que o valor social da mulher - nível de contribuição da mulher a vida política e socioeconômica - não é igual o do homem; por isso, a vida de mulher vale a metade da vida de um homem. Outras desproporcionalidades podem ser vistas: no peso do valor de seu testemunho, pois ele só é válido na presença de uma testemunha masculina e conseqüentemente é menos levado em consideração; e na arbitrariedade de impor punições discriminatórias contra as mulheres, impondo-lhes punições mais severas que as aplicadas aos homens para um mesmo ato.<sup>117</sup>

Para concluir, o relator especial coloca-nos com a real situação das mulheres iranianas:

*Women are praised as mothers but they may not exercise authority in decisions regarding their children; they may become judges but not preside over a legal case; they may vote and be elected to office but not hold leadership positions, etc. This paradoxical situation is a source of tension as well as a barrier to women's enjoyment of their rights as full persons, including the right to freedom from violence.*<sup>118</sup>

---

115 Doc ONU E/CN.4/2006/ 61/Add.3. Para. 45-48.

116 Ver Capítulo 1º. Pag. 11 do presente trabalho.

117 Ver Doc. ONU. Doc ONU E/CN.4/2006/61/Add.3.

118 Ibid., Para. 62

Ainda há muitos pontos que devem ser analisados e soluções que devem ser desenvolvidas para que a mulher consiga, enfim, uma abertura maior em sociedades islâmicas, tendo como base a sociedade xiita iraniana. No relatório especial referente à violência contra as mulheres, o relator mostrou-se satisfeito em perceber que alguns membros do judiciário reconhecem uma reforma como questão prioritária. Deve-se começar a ouvir as vozes das mulheres iranianas<sup>119</sup> e garantir a igualdade dos direitos e liberdades de expressão em casa, no trabalho e na sociedade em geral, desenvolvendo políticas e projetos para erradicar todas as formas de violência contra as mulheres.

A convite do Governo iraniano o Grupo de Trabalho em Detenções Arbitrárias visitou o Irã, no período de 15 a 27 de fevereiro de 2003. A delegação visitou algumas prisões, centros de detenções e estações policiais para analisar a situação referente aos direitos civis e políticos, incluindo a questão de tortura e detenção.<sup>120</sup>

A questão da detenção arbitrária no Irã está em certa medida ligada com as questões religiosas, pois o juiz tem pleno direito de negar uma prova pública se a mesma for incompatível ou ofender os sentimentos religiosos da nação, de acordo com o art. 188 Código de Processo Penal. Ou seja, quem irá delimitar o que são os sentimentos religiosos é o Líder Supremo do país, o Aiatolá, que rege suas condutas baseando-se em critérios religiosos e restringindo a liberdade de expressão. Apesar do Parlamento, *Majlis*, ter aprovado a Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, ela foi vetada pelo Conselho de Guardiães que não admite normas internacionais de direitos humanos que não se adéquem ao modo e costumes islâmicos. Em uma das visitas do grupo de trabalho, um membro do Conselho de Guardiães enfatizou que: *It is not enough to reform laws, mentalities must change*<sup>121</sup>.

O grupo de trabalho focou as atividades de análise das causas e consequências das decisões arbitrárias que resultam da falta de liberdade concedida às pessoas. Notou-se que na Constituição estão especificadas as garantias de liberdades religiosas, imprensa, associação, reunião e demonstração, todavia, praticamente todos os

---

119 Ver Doc ONU E/CN.4/2006/61/Add.3. Op. Cit Para 75

120 Doc. ONU E/CN.4/2004/3/Add.2. Civil and Political Rights, including the question of torture and detention. Report of the Working Group on Arbitrary Detention. 15-27 February 2003.

121 Ibid. Para. 34

quarenta e cinco prisioneiros na lista apresentada às autoridades pelo grupo de trabalho foram condenados por exercer esses direitos reconhecidos também pelo Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos. Por sua vez, aqueles que praticam a religião da fé *Baha'i* continuam a ser perseguidos e sujeitos a pressões e interrogatórios quanto a prática de sua religião, apesar de que o art. 14º da Constituição, especifica que os direitos humanos de não-muçulmanos devem ser respeitados. Outros aspectos foram pontuados pelo grupo, por exemplo, a questão de que, apesar de as famílias terem direito de visitar seus parentes na prisão, no Irã isso raramente acontece.<sup>122</sup>

Ter acesso ao setor 209 na Prisão Evin, situada em Teerã, é proibido, pois, este setor da prisão é conhecido, sobretudo por albergar prisioneiros políticos detidos por algum órgão do governo iraniano ou pelas autoridades religiosas. O que tanto diferencia esta prisão de outras são as denúncias de tortura e tratamentos desumanos e o sistemático isolamento absoluto, ditado pelo grupo de trabalho como “prisão dentro da prisão”<sup>123</sup>, freqüentemente usados por longos períodos.

Um exemplo a ser divulgado é o caso da foto-jornalista Zahra "Ziba" Kazemi, uma cidadã canadense-iraniana detida em junho de 2003 na frente da Prisão de Evin em Teerã, quando estava tirando fotos da prisão. Um oficial a proibiu de continuar tirando fotos e depois a levou presa. Os esforços dos inquéritos abortados a respeito de sua morte ilustram graves falhas na aplicação das leis iranianas. Embora as autoridades iranianas insistam em que sua morte foi acidental<sup>124</sup> e que ela morreu decorrente de um acidente vascular cerebral, ao ser interrogado Shahram Azam, um ex-militar médico afirmou que examinou Kazemi e observou que ela mostrava evidentes sinais de tortura, incluindo uma fratura do crânio, nariz quebrado, falta de unhas, dedos quebrados, sinais de brutal estupro, marcas da flagelação, profundos arranhões no pescoço e grave contusão abdominal. O governo canadense, bem como a família de Kazemi e apoiantes, consideram a sua morte para ser estado-sancionada. O caso Kazemi levanta perguntas sérias sobre se o Irã tem satisfeito as suas obrigações internacionais, que incluem garantir o direito à vida, proibindo o uso da

---

122 Doc. ONU E/CN.4/2004/3/Add.2. Para. 45

123 Ibid. Para 54

124 Doc. ONU E/CN.4/2004/62/Add.2, Civil and Political Rights, including the question of Freedom of Expression. Report submitted by the Special Rapporteur on the Right to freedom opinion and expression, Ambeyi Ligado. 12 January 2004.

tortura, o dever e imparcialmente investigações das violações alegadas dos direitos humanos e o dever de impedir ou punir violações<sup>125</sup>.

O Grupo de Trabalho em questões relativas a detenção arbitrária foca e recomenda que se faça uma reavaliação das tomadas de decisão no país, onde não só o Líder Supremo e o Conselho dos Guardiões tomem o posicionamento final a respeito de penas a serem cumpridas por pessoas sentenciadas legal ou ilegalmente. Além disso, observa-se que o Líder Supremo é o único capacitado a aceitar ou não a ratificação de instrumentos internacionais de direitos humanos, reduzindo a autonomia do Parlamento.

O grupo observou que muitos dos condenados não têm acesso a advogados e à assistência judiciária, já que os advogados passam a sofrer risco de perseguição por terem simplesmente atuado na defesa dessas pessoas, chamando a atenção para os maus-tratos sofridos por seus clientes. Assim, o grupo recomendou a reafirmação expressa da garantia de imunidade do advogado em um instrumento legislativo elaborado em cooperação com os representantes da Ordem dos Advogados, prevendo a participação ativa do advogado, independentemente da natureza do processo, durante todo o julgamento, incluindo a fase de recurso. Além disso, recomendou-se que o acesso à assistência judiciária seja mais eficaz.<sup>126</sup>

De 4 a 10 de novembro de 2003, o relator especial sobre direito de liberdade de expressão e opinião, Ambeyi Ligado<sup>127</sup>, fez uma visita ao Irã para identificar problemas e soluções em torno das discussões de direitos humanos relacionados com as liberdades fundamentais e questões da interpretação dos princípios islâmicos.

Apesar do direito à liberdade de opinião e expressão não estar especificamente previsto na Constituição do Irã, há garantias relacionadas à liberdade de crença, associação, publicação e imprensa, liberdade de falar em rádio e televisão, e há a igualdade de proteção perante a lei para todas as pessoas em conformidade com os critérios Islâmicos, nos termos do art. 20º da Constituição. Há a lei de imprensa que contém

---

125 Ver *Impunity in Iran: The Death of Photojournalist Zahra Kazemi*. The Iran Human Rights Documentation Center. New Haven, Connecticut. Second Edition. November 2006. Disponível em ([http://www.iranhrdc.org/httpdocs/English/pdfs/Reports/Impunity-in-Iran\\_Nov06.pdf](http://www.iranhrdc.org/httpdocs/English/pdfs/Reports/Impunity-in-Iran_Nov06.pdf)). Acesso no dia 09 de Agosto de 2009.

126 Doc. ONU E/CN.4/2004/3/Add.2. Op Cit. Para 49-53, 65.

127 Doc. ONU E/CN.4/2004/62/Add.2. Civil and Political Rights, including the question of Freedom of Expression. Report submitted by the Special Rapporteur on the Right to freedom opinion and expression, Ambeyi Ligado. 12 January 2004.

disposições que restringem a liberdade de expressão, censurando publicações, tais como: “publicação de artigo ateu ou questões que são prejudiciais para o Código Islâmico”, ou que promovam “sujeitos que poderiam danificar a fundação da República Islâmica”, publicações que insultem o Islã ou ofendem o Líder Supremo e autoridades religiosas ou aquelas que são legalmente respeitadas.

De acordo com o relatório, o código penal contém algumas previsões de penas que terão de ser cumpridas caso a pessoa não aja conforme o que nele está estabelecido. Por exemplo, qualquer pessoa que fizer algum tipo de propaganda contra o Estado estará violando a segurança nacional, de acordo com o artigo 500 do Código Penal (Ato de Punição Islâmica), e aqueles que formarem ou juntar um grupo ou associação, dentro ou fora do país visando perturbar a segurança nacional poderá ser sentenciado a 2 a 10 anos de prisão, com base nos artigos 498 e 499 do Código Penal. Além do caso daquele que insultar contra o Islã, conforme disposição do art. 513 do Código Penal será punido com pena de morte ou prisão entre 1 a 5 anos. O relator especial também salientou a existência de punições corporais e torturas, que são contrárias as bases dos direitos humanos internacionalmente reconhecidos.<sup>128</sup>

O relator especial abordou de modo positivo o fato de que há um importante número de jornais e revistas em circulação no Irã. Em 2002, foram publicados trinta e cinco mil títulos, contra apenas mil e setecentos em 1978. Todavia, aponta o relator que nos últimos anos foi constatada uma série de banimento de jornais que se posicionaram contrários a lei de imprensa do país islâmico. De acordo com a Agência de Notícias IRNA (*Islamic Replubic News Agency*), que é diretamente ligada ao Governo, há cinco princípios para que uma matéria possa ser publicada: preservação de segredos estatais e segurança nacional; moralidade pública; fortificação de solidariedade lingüística e religiosa; dignidade humana; e não publicação do que é proibido por lei. No ponto de vista do relator, essas atitudes impedem o exercício ao direito da liberdade de expressão.<sup>129</sup>

Consta no relatório que estatísticas não-oficiais indicam que 23 jornalistas estavam presos em Teerã, durante sua missão feita em novembro de 2003. Havia vários casos de jornalistas e intelectuais sendo perseguidos com fundamento na Lei de Imprensa que vigora no país, e dentre os casos mais relatados estão publicações que insultam o Islã ou

---

128 Doc ONU. E/CN.4/2004/62/Add.2. Para. 29 (a/b/c)

129 Ibid. Para. 39

alguma outra figura religiosa. O relator citou vários casos de jornalistas internacionais e iranianos que foram impedidos de gozar inteiramente de seu direito à liberdade de expressão, sofrendo punições, tais como chibatadas, perda da liberdade pela pena de prisão, até mesmo a solitária para um jornalista que tinha 72 anos. Registraram-se também a negação de assistência médica e o acesso limitado e controlado a advogado. As causas são basicamente a publicação de algo considerado contra a segurança do Estado e insulto ao Islã. Recordou-se o caso da jornalista canadense-iraniana que morreu decorrente de maus tratos na Prisão Evin,

Os estudantes no Irã também são alvos de ataques por seus atos serem considerados contra a visão islâmica do governo. Numerosos estudantes sofrem ataques, são presos e sentenciados por participarem de movimentos de protesto contra a situação socioeconômica do país. Alguns estudantes também são levados a prisão de Evin por cooperarem com arranjos contra a segurança nacional, confundirem a idéia das pessoas e por fazerem propaganda contra o Estad. Alguns são ainda sentenciados a pena de morte. Esses estudantes geralmente fazem parte da Organização Estudantil Basij<sup>130</sup> e do Ansar Hezbollah<sup>131</sup>. Da mesma forma que jornalistas e intelectuais, os estudantes nestas condições não tiveram assistência jurídica.

Considerando que a liberdade de expressão e opinião é uma questão central na vida política de um país e na promoção dos direitos humanos, o relator especial instituiu algumas recomendações para o governo iraniano acerca dos fatos que negam as bases estipuladas em acordos internacionais de que o Irã participa. Há uma forte demanda da sociedade civil para que reformas sejam feitas em prol da proteção à liberdade expressão e opinião, mas essas reformas são coibidas, muitas vezes por princípios religiosos impostos pelo Estado. O relator salientou que a liberdade de expressão é respeitada quando se destina a proteção da segurança nacional e do Islã. Assim foi-se recomendado que o Estado revise sua legislação a favor de melhores condições e sentenças alternativas para as pessoas que de certa forma descumprem o que é estipulado pelo Estado, ao exercerem seu direito a se expressar, baseando-se em normas e princípios dos direitos humanos internacionais (alguns previstos no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos). Ambeyi Ligado compartilhou o que muitas

---

130 Ver Doc. ONU E/CN.4/2004/62/Add.2 Para 56: Basij é um grupo paramilitar sob a autoridade da Guarda Revolucionária, que é representada em cada universidade pela Organização Estudantil Basij.

131 Ibid. Para 56: Grupo dependente da autoridade do “*Officer of the Leader*”.



peessoas falaram para ele durante o período que estava sendo formulado o relatório: *There is freedom of expression, but there is no freedom after expression.*<sup>132</sup> Ou seja, apesar de se falar na proteção à liberdade fundamental de todos os cidadãos com uma abrangência internacional, há ainda muitos fatos que contradizem isso, como a repressão de pessoas por se expressarem de forma crítica contra a doutrina religiosa e/ou política, unida a sentenças severas e desproporcionais, impostas a vários jornalistas, intelectuais, estudantes, advogados e a população em geral que é impedida de ter seus direitos garantidos.

Há um peso religioso muito grande na questão da repressão da liberdade individual, no que tange às diferenças na interpretação dos princípios islâmicos. Foi mencionada no relatório a existência de uma “linha vermelha” no que é considerado uma violação aos princípios impostos e conseqüentemente isso faz com que as decisões fiquem ainda mais tendenciosas a serem arbitrárias e com que seja comum a falta de segurança legal.

### **3.4: Compromissos Voluntários**

Elaborado em maio de 2006, o Documento de Compromissos e Promessas Voluntárias<sup>133</sup> traz uma compilação dos atos que o Irã vem tendo, bem como aqueles que ele se compromete a cumprir na esfera dos direitos humanos. Sendo um dos membros fundadores das ONU, o país declarou que está fazendo esforços para defender a inerência da pessoa humana, assim como a promoção e proteção dos direitos humanos e liberdades fundamentais, além do gozo efetivo destes direitos.

O documento apresenta a lista dos instrumentos de direitos humanos da qual o Estado faz parte, são eles: Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos; Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; Convenção Internacional de Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Social; Convenção dos Direitos da Criança<sup>134</sup>; Convenção de Prevenção e Punição de Crimes de Genocídio; Convenção Internacional de Supressão e Punição dos Crimes do Apartheid; Convenção Internacional contra o Apartheid no Esporte; Convenção Suplementar de Abolição da Escravidão, do

---

132 Ibid. Para. 105

133 Doc. ONU. No. ELC. 196-06. May 8, 2006. Permanent Mission of the Islamic Republic of Iran to the United Nations. The Islamic Republic of Iran's Pledges and Commitments on Human Rights.

134 Todos já citados anteriormente, junto com os relatórios convencionais.

Comércio Escravo, e Instituições e Práticas Similares a Escravidão; Convenção relativa ao Status de Refugiado; Protocolo relativo ao Status de Refugiado; e Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) nº 182 a respeito da proibição e ação imediata para a eliminação das piores formas de trabalho infantil. Além desses já ratificados pelo Irã, o país compromete-se a fazer parte também da Convenção de Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e da Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos e Punições Cruéis, Desumanos e Degradantes. O Irã também estava se empenhando para ratificar o Protocolo Adicional a Convenção dos Direitos das Crianças sobre Venda de Crianças, Prostituição e Pornografia infantil. Este foi assinado e ratificado em Setembro de 2007<sup>135</sup>. Ainda acerca dos instrumentos da ONU, o Irã reconsiderou as reservas feitas à Convenção dos Direitos das Crianças.

Os processos de cooperação dos relatores especiais, além de analisados propriamente na República Islâmica do Irã, foram também feitos nos países vizinhos estendendo a Cooperação de Representante Especial da Situação de Direitos Humanos no Afeganistão e Iraque. O relato do Irã acerca da cooperação com os Órgãos e Comitês responsáveis pelos Acordos e Tratados dita que ele participa ativamente apresentando e elaborando, no tempo correto, relatórios periódicos para os Comitês de Direito da Criança e de Discriminação Racial. E as observações conclusivas foram comunicadas para as instituições nacionais relevantes e entidades governamentais. Já os relatórios do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ainda estavam sendo elaborados.<sup>136</sup>

O Irã também introduziu uma série de medidas para melhorar os mecanismos de promoção dos direitos humanos, tais como Grupos de Trabalho sobre Desaparecimentos Forçados e de Detenção Arbitrária e participação em Conferências Regionais e Internacionais<sup>137</sup>.

---

135 *Optional Protocol to the Convention on the Rights of the Child on the sale of children, child prostitution and child pornography*. Status de ratificação disponível em (Acesso 05 de Outubro de 2009): [http://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg\\_no=IV-11-c&chapter=4&lang=en](http://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=IV-11-c&chapter=4&lang=en)

136 Em 2006, quando o Relatório voluntário analisado foi escrito.

137 A Primeira Conferência de Direitos Humanos em 1968; Sexto Plano da Ásia e Pacífico para os Direitos Humanos de 1998; Reunião Preparatória da Ásia Regional para a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e intolerâncias relacionadas de 2001 [...].

O Irã tem-se comprometido, com o Alto Comissário das Nações Unidas de Direitos Humanos, na cooperação de direitos educacionais no âmbito das ONU, por intermédio do Ministério da Educação Iraniano. No âmbito do aproveitamento de assistência técnica, implementação de um projeto nacional visando disseminar os direitos humanos com a colaboração do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, alguns órgãos executivos e universidades promovendo seminários pelo país.

O Irã se atribui um papel fundamental na contribuição dos direitos humanos, uma vez que é refletido em particularidades culturais, históricas e religiosa. E para facilitar a cooperação entre diferentes países, com visões e valores distintos no campo de direitos humanos e ideologias, a Republica Islâmica do Irã respeita de forma pacífica a interação entre esses países, onde promove seminários a este respeito para troca de idéias e percepções de objetivos comuns em diferentes áreas. Participa ativamente e contribui efetivamente em conferências nacionais e internacionais sobre procedimentos especiais de mecanismos de cooperação.<sup>138</sup>

O Irã deixa claro que se compromete em participar de forma transparente em deliberações e discussões pertinentes a questões universais, e compromete-se também ao maior engajamento da sociedade civil na participação nas esferas civil, política, econômica, social e cultural. Bem como formular medidas e regulamentações para a interação de Organizações Não Governamentais junto com as Nações Unidas, visando um papel efetivo para atingir objetivos humanitários.

Como já citado anteriormente, as políticas de direitos humanos é baseada na Constituição, onde esta é inspirada em princípios islâmicos e está de acordo com os cumprimentos resultantes dos instrumentos internacionais. Há o respeito ao status da dignidade humana por uma perspectiva islâmica, bem como o respeito aos direitos humanos dos cidadãos iranianos. Conforme o “Quarto Programa para Desenvolvimento Nacional”, que visa adequar todos os direitos econômico, social, cultural, civis e políticos, as realizações para alcançá-lo está no efetivo aproveitamento destes direitos, juntamente com sua promoção e proteção. Junto a isso, necessita-se da identificação dos desafios e obstáculos dos direitos humanos, onde nenhum país está imune a estas dificuldades. A República Islâmica do Irã

---

138 Doc. ONU. No. ELC. 196-06. p. 5.

torna necessária a adoção de medidas para sustentar a proteção dos direitos fundamentais e a liberdade de expressão, mas que não depende somente de atividades nacionais, pois está também interligado com o suporte internacional.<sup>139</sup>

Considerando a base Islâmica existente nas leis que apresenta prioridade e atenção a eliminação todas das formas de discriminação contra seus cidadãos, o Irã iniciou um considerável número de iniciativas visando à superação dos piores fenômenos nesse sentido, tanto na legislação quanto na prática.

### **3.5. Considerações Finais a respeito da situação atual de direitos humanos no Irã**

Em 2008, a Assembleia Geral da ONU analisou relatório do Secretário Geral a respeito da situação dos direitos humanos no Irã<sup>140</sup>, considerando as obrigações deste Estado perante os tratados internacionais, ressaltando os relatórios produzidos por relatores especiais, como parte do mecanismo extra-convencional, ou seja, mecanismos não são fundados em tratados internacionais (mecanismos convencionais).

Apesar de a Constituição iraniana apresentar várias garantias de direitos humanos e liberdade individuais, na prática há um grande número de sérios impedimentos e descumprimentos desses direitos. De acordo com o que foi apresentado até a data do relatório, o Código Penal estava sendo analisado pelo Parlamento (em janeiro de 2008), mas o mesmo contém algumas disposições incompatíveis com os princípios de direitos humanos, incluindo um artigo de apostasia (nome dado pelos adeptos de uma religião que muda para outra), que pune a pessoa com pena de morte pela conversão do Islã para outra religião.

No que tange aos direitos econômicos, sociais e culturais, o Governo segue os valores Islâmicos para lidar com as questões sociais e desenvolvimento humano. Notou-se que desde 1993 o país não se reporta ao Comitê do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, relatando como está a situação do tratamento de grupos minoritários, discriminação entre homens e mulheres, legislação e políticas de liberdade cultural.

---

139 Ibid, p. 9.

140 Doc. ONU A/63/459. Report of the Secretary-General on the situation of human rights in the Islamic Republic of Iran. 1 October 2008.

O Secretário Geral salientou atos que são contrários ao que foi estabelecido no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, ressaltando questões as quais seguem comentadas.

No que respeita à tortura e tratamentos cruéis, desumanos e degradantes ou punições incluindo flagelação e amputações, observou que na Constituição consta que a tortura é proibida, mas no Código Penal não há nenhuma definição clara ou especificação de tortura como crime. Apesar de várias tentativas de se abolir esse modo de punição, bem como amputações e flagelações, o Conselho dos Guardiões rejeita essas modificações baseando-se na regras e princípios islâmicos. Punições a atos homossexuais e ao uso da solitária também são recriminados pela ONU.

As penas de morte e execuções públicas foram motivo de preocupação. Como comentado, crimes considerados como *Had* (incluindo atos de adultério, incesto, estupro, ingerir bebidas alcoólicas pela terceira vez, sodomia, homossexualismo, fornicação de um não-muçulmano com uma mulher muçulmana, entre outros), e *Al Diyiah* e *Al Taazir* comportam a possibilidade de pena de morte, como assassinato, crimes contra a segurança nacional, tráfico de drogas. Considerando este último caso, foram notificados em julho de 2008, 18 casos dentre as 29 execuções. O Comitê de Direitos Humanos está preocupado com o alto número de penas de morte constatadas no Irã, e pede para que sejam revistas em prol de penas alternativas e menos severas.

Em relação ao apedrejamento como método de execução, ressaltou-se que em janeiro de 2002, foi publicada uma circular que proibia o apedrejamento como uma punição<sup>141</sup>, mas isso não teve efeito legal e serviu como instrução apenas para julgamentos pessoais. Apesar de a sociedade civil ser ativamente contra esse tipo de punição, com a campanha “*stop stoning forever*”, em julho de 2008, foram relatados nove casos de apedrejamento, sendo que a maioria envolvia mulheres que cometeram adultério.

Apesar de o Irã participar do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e da Convenção dos Direitos das Crianças, que obrigam os Estados Partes a não cometerem execuções de pena de morte a pessoas de menos de 18 anos, o país, entre 1990 e 2006 executou 22 crianças (correspondente a quase metade de todos os casos do mundo – 51

---

141 Doc. ONU A/63/459. Para. 34

casos).<sup>142</sup> O Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos considera essa questão como prioritária e visa um rápido entendimento com o Governo do Irã para que essas situações não mais ocorram.

Na questão de gênero, observou-se que o Irã não é parte da Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), e o país enfrenta vários desafios concernentes a igualdade de gênero e a empoderamento das mulheres, o Código Penal ainda contém leis discriminatórias e desproporcionais que necessitam de atenção do Governo e do Conselho dos Guardiões. Essa questão ainda é rotulada por valores patriarcais e princípios islâmicos que impedem a autodeterminação garantida às mulheres.

No que concerne ao direito das minorias, registrou-se que a Constituição explicita que o Islã é a religião de Estado, correspondendo a 98% da população (Muçulmano xiita), e o artigo 13 da mesma admite Zoroatros, Judeus e Cristãos como minorias religiosas, bem como seus atos e cerimônias dentro daquilo que é permitido por lei. A comunidade dos *Baha'is* é literalmente perseguida e discriminada a ponto de sofrerem detenções arbitrárias, falso julgamento, confiscação de bens e propriedades, acesso restrito a educação, entre outras violações. No relatório consta que essa comunidade também sofre em questões de pena de morte, envolvendo tortura e tratamentos degradantes e desumanos. O Secretário Geral clama para que o Governo iraniano tome medidas necessárias observando os Pactos e Instrumentos Internacionais de Direitos Humanos dos quais o Estado participa para que questões como a exclusão, restrição da liberdade de crença e discriminação para com minorias étnicas e religiosas, sejam discutidas e tratadas para que alguma solução seja adotada e que esses povos não mais sejam tratados de modo degradante, desumano ou humilhante.

Foi notado que, ao contrário do que dita os artigos 18 e 19 do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (que garante a liberdade de expressão e associação), o país não aceita aquelas pessoas que não vão de acordo com o que as autoridades acreditam acerca do pensamento islâmico, ou aqueles que expressam suas opiniões em oposição às posições oficiais. Como citado pelo relator especial que esteve no Irã em 2003, há um desejo das autoridades e da sociedade civil de fazer uma reforma nas severas leis que institucionalizam punições a atos que vão contra o princípio islâmico, mas isso ainda

---

142 Idem. Para. 39

é bloqueado pelas autoridades superiores que colocam dificuldades para que isso aconteça, com motivo na religião, que gera muitas das vezes interpretações contrárias e punições arbitrárias. De acordo com o relatório, entre março de 2007 e março de 2008, aproximadamente 30 jornais foram retirados de circulação, e, além disso, vários jornalistas também estiveram sujeitos a punições; além de cerca de 20 *weblogs* focados na discriminação da mulher foram banidos (em maio de 2008). Há também de se notar a falta do devido processo legal e a falha dos direitos de detentos, uma vez que eles não têm acesso a advogados, assistência médica e alimentícia durante o período que se encontram presos. Vários jornalistas, intelectuais e estudantes que reivindicaram esses direitos, foram ainda mais prejudicados no julgamento e em sua estrutura física e emocional.

De acordo com o Secretário Geral, em seu relatório, ele demonstra que o Irã tem uma cooperação falha com a ONU no sentido de promover a situação dos principais temas de direitos humanos em seu país, tanto aqueles relacionados a tratados internacionais, dos quais o Irã é parte, como outros relativos a instrumentos não ratificados pelo Irã ou abordados por relatores especiais. Esses últimos enviaram comunicados ao Irã solicitando relatórios a respeito de determinadas situações de direitos humanos. De 56 comunicados que foram enviados em 2007, até a data de publicação do relatório, as autoridades responderam a apenas 10 casos<sup>143</sup>. Em 2007, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos visitou o Irã na Conferência de Direitos Humanos e Diversidade Cultural dos Movimentos dos Países Não Alinhados, e durante a visita o representante da ONU encontrou-se com as autoridades governamentais para atualizar questões como a pena de morte (principalmente para jovens) e a situação das mulheres, a parte iraniana mostrou-se com grande interesse em cooperar com a ONU neste sentido. Subseqüentemente em maio de 2008, a convite das autoridades iranianas, o Alto Comissário das Nações Unidas para Direitos Humanos foi ao país para analisar as possíveis situações de cooperação, dentre elas, a ação sugerida foi a aceitação, por parte do país, do envio de um Relator Especial acerca da independência dos juízes e advogados, antes do final de 2009. A ONU informou o Irã sobre o grande número de cartas recebidas acerca de casos envolvendo direitos das mulheres, liberdade de expressão, execuções de juvenis, punições cruéis, desumanas e degradantes, incluindo apedrejamento, e liberdade de religião e direito das minorias.

---

143 Doc ONU. A/63/459. Pag; 19.

Em fevereiro de 2009, a Assembleia Geral da ONU adotou uma resolução sobre a situação dos direitos humanos no Irã, que contemplou os temas que haviam sido citados no relatório do Secretário Geral, analisado em 2008. A referida resolução abordou as sérias violações que o Irã vem cometendo contra os direitos humanos.<sup>144</sup> A partir deste ponto, a Assembleia propôs ao governo iraniano que atendessem as recomendações dadas em outras resoluções, e respeitasse as obrigações de direitos humanos: eliminando na lei e na prática as formas de tratamentos e punições desumanas e degradantes; abolindo execuções públicas (incluindo de pessoas com menos de 18 anos de idade) e o método de apedrejamento como forma de execução; eliminar todas as formas de discriminação contra mulheres, pessoas pertencentes a outras religiões, minorias étnicas e lingüísticas; e colocando fim na intimidação e na perseguição de opositores políticos e defensores dos direitos humanos.<sup>145</sup>

Ressaltou-se que o Irã deveria reavaliar suas obrigações perante os instrumentos convencionais de direitos humanos da ONU, cooperando com os mecanismos de direitos humanos internacionais, incluindo a facilitação das visitas dos relatores especiais a seu território, e estimular a cooperação do Governo com a ONU.

Certas situações, como as citadas neste capítulo, ilustram o peso que a cultura islâmica e a religião apresentam na prática, dificultando o cumprimento das obrigações que o Irã se comprometeu com as ONU.

---

144 De acordo com o relatório, as violações baseiam-se nas mesmas já citadas anteriormente, tais como no documento ONU. A/63/459. Pag. 19: tratamento desumano, punição, pena de morte, discriminação contra a mulher, minorias étnicas e religiosas, limitação e restrição a crença ou fé. Doc. ONU. A/RES/63/191. Resolution adopted by General Assembly. 24 February 2009.

145 Doc ONU. A/RES/63/191. Pags. 2 e 3.



## CONCLUSÃO

De acordo com as recomendações feitas pela ONU para reavaliar como os direitos humanos estão sendo implantados no Irã desde 1993, podemos concluir com a análise feita pelo Secretário-Geral da ONU e pela resolução da Assembleia Geral de 2009, que o Irã continua violando os direitos humanos com suas práticas baseadas em seus princípios religiosos. Mas até que ponto esses atos são aceitos?

Há várias formas de se entender as práticas de um país. Como defendido por Parekh, um diálogo intercultural seria de grande valia. O que não deve persistir é a espera pela integralização do universalismo para que os direitos humanos possam ser realizados. Assim, não se deve esperar que este diálogo intercultural estabeleça uma base comum e idêntica, que deva ser reconhecida por todos os países como sendo dotada de um mesmo valor, para que então possa começar a se exigir este cumprimento. Este diálogo intercultural deve ter efeitos no “entre as pessoas”, ou seja, é a própria sociedade que ao se tornar descontente com a conjuntura de seu país por considerar que a conduta de seus governantes e a legislação em vigor atenta contra o que se entende por direitos humanos, buscará medidas para alterar a situação.

Por mais que a ONU condene as execuções de crianças, mas a comunidade iraniana considere este ato como aceitável, a comunidade internacional não obterá muito sucesso em seu discurso. Entretanto, quando surgirem visões diferentes na sociedade, deve-se buscar meios de cooperação para que possam florescer princípios comuns e para alargar a base universal.

No Irã, em particular, muitas violações de direitos humanos são justificadas por fundamentos divinos. A imagem do *Deus* na religião islâmica se sobrepõe as normas internacionais estabelecidas pela ONU e aceitas pelo Irã. Como salienta Donnelly, as doutrinas acreditadas pelos muçulmanos acerca dos direitos humanos replicam as idéias islâmicas de 1400 anos atrás<sup>146</sup>, mas eles ainda as seguem, pois acreditam que elas foram dadas por Deus e assim permanecem.

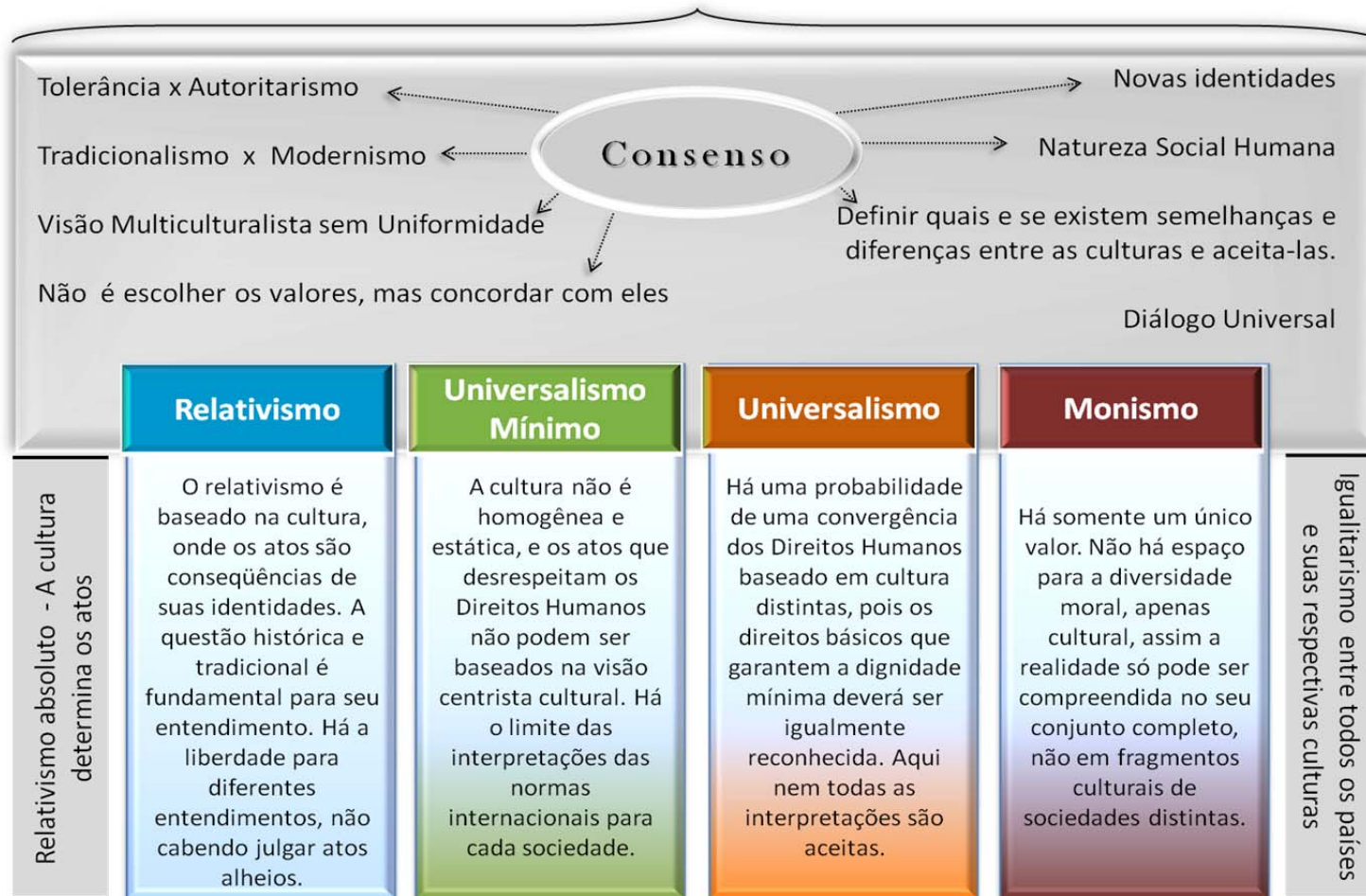
---

146 DONNELLY, Jack, Op. Cit. Pag. 72

O indivíduo tem extrema importância ao se considerar como os direitos humanos são tratados no seu país, pois é ele quem vai poder fazer algo a respeito. Apesar das fortes tradições em algumas sociedades, existem aquelas que nem todos os indivíduos defenderão ou continuarão seguindo. Como ressaltou Chokr (FONTE) e outros autores citados neste trabalho, as culturas estão em constante mudança. Assim, deve-se entender que a natureza humana não é algo dado, mas sim uma construção social moldada com as particularidades de cada país. No Irã, as tradições além de serem moldadas pelos indivíduos, são também impostas na sociedade pelo Estado Teocrático e suas leis baseadas nos princípios religiosos. Segundo Parekh, não se pode julgar a sociedade da qual não somos parte, pois suas práticas se adequam aos seus membros, crenças e constituição moral.

Abaixo, está representado o modo como se pode ver cada situação referente às práticas cometidas pelos países, seja de uma forma relativista ou universalista:

# Pluralismo Cultural



147

Fluxograma 1: Fluxograma das correntes relativas ao modo de análise e aceitação dos atos cometidos por outra Nação.

Quando analisamos o Fluxograma 1, podemos enxergar a situação do Irã de diversos ângulos, desde uma análise baseada totalmente na cultura islâmica até o ponto em que os monistas acreditariam que não há diferença ideologia entre muçulmanos e outras sociedades. Mas o ponto não é escolher entre uma e outra, é aceitar que cada país tem as peculiaridades, mas atentemos que essas características não podem ultrapassar os limites básicos estipulados para se ter uma dignidade humana que todo ser humano tem direito. As variáveis que circulam entre esse debate, como citam os autores, levam sempre para um consenso, e aqui Jack Donnelly parte do preceito de que o consenso é mais voluntário do que coercitivo. E não é a aceitação de que todas as sociedades estariam sempre corretas, nem que todos deveriam abrir mão de suas culturas e seguirem a mesma linha ideológica. Não é escolher entre o relativismo e universalismo, e sim saber aceitar as diferenças, mesmo sabendo que elas contrariarão o que é verdade para certa comunidade, com a pluralidade da diversidade cultural e moral.

Agora, notemos que o ser humano, independente de ser muçulmano, hindu, judeu, japonês, americano, pobre, índio, merece ter os seus direitos básicos assegurados. Exemplificando, o *chadô* usado pelas mulheres muçulmanas é algo que tem um significado além do cobrir o rosto, que é se reservar para o marido ou para as pessoas que elas querem que as vejam.

Por outro lado, se analisarmos a posição adotada pelo governo Iraniano durante as eleições presidenciais de 2009 na re-eleição do presidente Ahmadinejad, considerada fraudada, quando este disputava pelo posto com o reformista-conservador Mussavi, percebemos que foi uma atitude recriminada pelos próprios cidadãos e pela sociedade internacional. Houve vários conflitos e manifestações populares contra o presidente reeleito, pois cidadãos iranianos reivindicavam a possibilidade de fraudes nas eleições. Apoiadores do candidato Mussavi saíram às ruas reivindicando contra o resultado da eleição de Ahmadinejad. As manifestações foram as maiores desde a Revolução Islâmica de 1979<sup>148</sup>, e foram reconhecidas como um movimento de direitos civis:

---

148 Disponível em [http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090624/not\\_imp392171,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090624/not_imp392171,0.php) – Acesso em 08 de Outubro de 2009.

*In Iran, supporters of opposition leader Mir Hossein Mousavi have called for another protest in Tehran today in defiance of the government ban. At least nineteen demonstrators have been killed in the ten days since the election of June 12th. The government continues to detain journalists and activists and has set up a special court for demonstrators. We speak with Columbia University Professor Hamid Dabashi. He writes, "I see the moment we are witnessing as a civil rights movement rather than a push to topple the regime."<sup>149</sup>*

O relatório divulgado pela Anistia Internacional<sup>150</sup> revela os atos contra os direitos humanos cometidos no país durante os dias que sucederam o resultado: várias pessoas foram presas em atos violentos contra a população; houve bloqueio do acesso a diversas páginas na *internet*, sendo que iranianos adotaram a postura de utilizar ferramentas online para tentar driblar a censura do governo e propagar informações, imagens e vídeos do clima de tensão no país; jornalistas estrangeiros foram expulsos do país; milhares de pessoas foram detidas por participarem dos protestos realizados em Teerã e levadas para a prisão de Evin; supõe-se que aproximadamente 100 pessoas foram mortas, de acordo com os partidários de Maussavi.

Com esses dados recentes podemos concluir que os direitos humanos no Irã ainda têm que enfrentar um longo caminho para que a dignidade e o respeito pela pessoa humana se sobressaltem perante os atos conservacionistas estipulados nos princípios islâmicos. Apesar da ONU ter feito e implantando vários mecanismos para controlar a situação de direitos humanos no Irã, ainda hoje podemos constatar desrespeito em tópicos que já antes haviam sido objeto de recomendações, como citado numa reportagem acerca da situação pós-eleições iraniana:

Ex-prisioneiros políticos, como jornalistas e blogueiros, reclamam de desrespeito aos direitos humanos na prisão de Evin. Há denúncias de casos de confinamento solitário e uso de táticas brutais de interrogatório e até mesmo tortura.<sup>151</sup>

---

149Disponível em: <http://www.iranian.com/main/news/2009/06/26/not-another-revolution-civil-rights-movement> - Acesso em 09 de Outubro de 2010.

150 Disponível em: <http://www.amnesty.org/en/for-media/press-releases/iran-violence-against-demonstrators-marks-new-presidential-term-20090614> Acesso em 09 de Outubro de 2009

151 Disponível em: [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/07/090728\\_khameneiprisaoiranfn.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/07/090728_khameneiprisaoiranfn.shtml) - Acesso em 09 de Outubro de 2009.

Há de se analisar e melhor estabelecer as posições relativas de como a lei islâmica e os direitos humanos poderiam firmar uma melhor sintonia para que as pessoas não sofram abusos em um mundo que cada vez mais se torna mais próximo. Os valores mínimos devem ser dignamente respeitados tendo maior transparência e efetividade numa sociedade, como o Irã, onde a presença da religião não deixará de ser a regra mais obedecida nessa sociedade, e os princípios universais deveriam ser vistos não como um dilema ou algo contrário aos seus fundamentos, e sim como fundamentais para que então, religião e direitos humanos possam estabelecer o respeito à pessoa humana, sem que a tradição deixe de ser o ponto marcante deste país.

## REFERÊNCIAS

### DOCUMENTOS NAÇÕES UNIDAS:

- Doc. ONU E/CN.4/2004/3/Add.2. CIVIL AND POLITICAL RIGHTS, INCLUDING THE QUESTION OF TORTURE AND DETENTION. Report of the Working Group on Arbitrary Detention. 27 June 2003.
- Doc. ONU E/CN.4/2004/62/Add.2. CIVIL AND POLITICAL RIGHTS, INCLUDING THE QUESTION OF FREEDOM OF EXPRESSION. Report submitted by the Special Rappourter on the Right to freedom and expression, Ambeyi Ligado. 12 January 2004.
- Doc. ONU E/CN.4/2005/85/Add.2. SPECIFIC GROUPS AND INDIVIDUALS: MIGRANT WORKERS. Report of the Special Rappourter on the human rights of migrants, Gabriela Rodríguez Pizarro. 23 December 2004.
- Doc. ONU E/CN.4/2006/61/Add.3. INTEGRATION OF THE HUMAN RIGHTS OF WOMAN AND A GENDER PERSPECTIVE: VIOLENCE AGAINST WOMAN. Report of the Special Rappourter on violence against woman, its causes and consequences, Yakin Ertürk. 27 January 2006.
- Doc. ONU E/CN.4/2006/41/Add.2. ECONOMIC, SOCIAL AND CULTURAL RIGHTS. Report of the Special Rappourter on adequate house as a component of the right to an adequate standart of living, Millon Kothari. 21 March 2006.
- Doc. ONU. No. ELC. 196-06. May 8, 2006. Permanent Mission of the Islamic Republic of Iran to the United Nations. The Islamic Republic of Iran's Pledges and Commitments on Human Rights.
- Convenção sobre os Direitos das Crianças. Adotada pela Assembléia Geral nas Nações Unidas em 20 de Novembro de 1989. Disponível em: [http://www.unicef.pt/docs/pdf\\_publicacoes/convencao\\_direitos\\_crianca2004.pdf](http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf)
- Doc. ONU. CRC/C/15/Add.254. Consideration of Reports Submitted by States Parties under Article 44 of the Convention. 31 March 2005.
- Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Disponível em: [http://www.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/pacto\\_dir\\_economicos.htm](http://www.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/pacto_dir_economicos.htm)
- Doc. ONU. E/C 12/1993/7. Concluding Observations of the Committee on Economic, Social and Cultural Rights: Iran (Islamic Republic of). 9 June 1993.
- Pacto Internacional dos Direitos Cíveis e Políticos. Disponível em: [http://www.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/pacto\\_dir\\_politicos.htm](http://www.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/pacto_dir_politicos.htm)

- Doc. ONU. CCPR/C/79/Add.25. Concluding observations of the Human Rights: Iran (Islamic Republic of) 3 August 1993.
- Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial.  
[http://www.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/conv\\_int\\_eliminacao\\_disc\\_racial.htm](http://www.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/conv_int_eliminacao_disc_racial.htm)
- Doc. ONU. CERD/C/63/CO/6. Concluding Observations of the Committee on the Elimination of Racial Discrimination: Iran (Islamic Republic of). 10 December 2003.

#### ARTIGOS

- International Federation for Human Rights – FIDH. IRAN/Death Penalty. A state terror policy. April/2009. Disponível em [http://www.fidh.org/IMG/pdf/Rapport\\_Iran\\_final.pdf](http://www.fidh.org/IMG/pdf/Rapport_Iran_final.pdf) (Acesso 07 de Junho de 2009). Pag. 27.
- Nader N. Chokr. Who is (not) afraid of (cultural) relativism? Tracés. Revue de Sciences humaines, n° 12, Faut-il avoir peur du relativisme?, mai 2007 [en ligne], mis en ligne le 24 avril 2008.
- GHAI, Yash, *Universalism And Relativism: Human Right as a Framework For Negotiating Interethnic Claims*. In Cardozo Law Review. February 200.
- PAREKH, Bhikhu (1999). Non-ethnocentric Universalism. In DUNNE & WHEELER (eds). Human Rights in Global Politics. Cambridge: Cambridge University Press, 128-159
- REICHERT, Rolf. Estado e Religião no Irã. Trabalho revisado por Prof. Waldir F. Oliveira. Artigo de uma versão portuguesa de duas conferências proferidas na Universidade de Granada (Espanha), em 1980.
- APOLINÁRIO, Silvia Menicucci O. S.. Os procedimentos especiais do sistema de direitos humanos das Nações Unidas. In: ASSIS, Guilherme de Almeida; MOISÉS, Cláudia Perrone. (Org.). Direito Internacional dos Direitos Humanos - Instrumentos Básicos. 2.ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2007

#### LIVROS

- MEDEIROS, Rui. *A Revolução dos Turbantes*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A; 1981
- ISBELLE, Sami Arned. O Estado Islâmico e sua organização. Rio de Janeiro. Editora Azzan. 2008.
- DONNELLY, JACK. Universal Human Rights In Theory and Practice. Second Edition, 2003.



- KRETSCHMANN, Ângela e CARVALHO, Evandro Menezes de (org). *Universalidade dos Direitos Humanos e Diálogo na Complexidade de um Mundo Multicivillizacional*. Curitiba. Juruá Editora. 2008. Pag.
- NA-NA'IM, Abdullahi Ahmed and DENG, Francis M. Human Rights in Africa – Cross-Cultural Perspectives. The Brooking Institution Washington, D.C. Pag. 331 e 367.
- GODINHO, Fabiana de Oliveira. A Proteção Internacional dos Direitos Humanos. Ed. Del Rey. Belo Horizonte. 2006.

#### SITES

- <http://www.unhchr.ch/tbs/doc.nsf/Statusfrset?OpenFrameSet> Acesso em 06 de junho de 2009
- <http://www.unhchr.ch/tbs/doc.nsf/NewhvVAlISPRByCountry?OpenView&Start=1&Count=250&Expand=81.1#81.1> – Acesso em 06 de Junho de 2009.
- “2008 Global Trends: Refugees, Asylum-seekers, Returnees, Internally Displaced and Stateless Persons”. Acessível em <http://www.unhcr.org/4a375c426.html> Ultimo acesso 08 de Agosto de 2009, 13:44.
- Ver Inter-Parliamentary Union, Estatística das Mulheres nos Parlamentos (<http://www.ipu.org>) Último acesso em 08 de Agosto de 2009, às 16h44min
- *Impunity in Iran: The Death of Photojournalist Zahra Kazemi*. The Iran Human Rights Documentation Center. New Haven, Connecticut. Second Edition. November 2006. Disponível em [http://www.iranhrdc.org/httpdocs/English/pdfs/Reports/Impunity-in-Iran\\_Nov06.pdf](http://www.iranhrdc.org/httpdocs/English/pdfs/Reports/Impunity-in-Iran_Nov06.pdf). Acesso no dia 09 de Agosto de 2009.
- [http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090624/not\\_imp392171,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090624/not_imp392171,0.php) – Acesso em 08 de Outubro de 2009.
- <http://www.iranian.com/main/news/2009/06/26/not-another-revolution-civil-rights-movement> - Acesso em 09 de Outubro de 2010.
- <http://www.amnesty.org/en/for-media/press-releases/iran-violence-against-demonstrators-marks-new-presidential-term-20090614> Acesso em 09 de Outubro de 2009
- [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/07/090728\\_khameneiprisaoiranfn.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/07/090728_khameneiprisaoiranfn.shtml) - Acesso em 09 de Outubro de 2009.